



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MABIAN RIBEIRO DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO E CUIDADOS:
EXPECTATIVAS DOS PAIS/RESPONSÁVEIS DO CMEI MUNDO
FELIZ**

Salvador
2011

MABIAN RIBEIRO DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO E CUIDADOS:
EXPECTATIVAS DOS PAIS/RESPONSÁVEIS DO CMEI MUNDO
FELIZ**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia,
Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como
requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª: Maria Izabel Ribeiro

Salvador
2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por guiar-me com a sua força e sabedoria para a realização desse sonho, dando-me paz e equilíbrio nos momentos de maior necessidade. A equipe do CMEI Mundo Feliz - Sara, Jaci, Joice, Helenice e Gilda - meu agradecimento especial pelo apoio, carinho, companheirismo, durante todas as etapas desse trabalho. A minha querida orientadora Maria Izabel Ribeiro, meu muitíssimo obrigado pelos momentos de aprendizado compartilhado, sua dedicação, paciência e atenção foram imprescindíveis para a concretização dessa monografia.

RESUMO

Esse estudo monográfico é resultado de um trabalho teórico prático que objetivou identificar e analisar as expectativas dos pais/responsáveis ao matricularem seus filhos no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Feliz. Assim, buscou compreender se as expectativas são relacionadas à Educação, quando a ênfase é direcionada ao desenvolvimento integral da criança, ou relacionada à Assistência, quando a ênfase está voltada aos aspectos do cuidar, envolvendo nisso, a guarda, tutela, cuidados com a alimentação e saúde das crianças. O estudo da temática envolveu a busca pelo histórico das instituições de Educação infantil, em especial a creche, bem como o trabalho de campo que possibilitou a identificação do objeto de estudo dessa monografia. Para o desenvolvimento do trabalho, optamos pela pesquisa de natureza qualitativa, com estudo bibliográfico, uma vez que buscamos compreender o surgimento da creche no decorrer da história, entendendo seus objetivos e funcionalidade, no qual vimos que o caráter dessa instituição iniciou numa perspectiva Assistencialista para em seguida, alcançar outra Educativa. Além do desenvolvimento do trabalho de campo, tendo em vista a identificação das expectativas dos pais da Creche escolhida, utilizando como técnicas de coleta de dados a análise de documentos, a aplicação de questionários e a realização de entrevistas. Como resultados do nosso estudo, identificamos que as conquistas dos dispositivos legais da Educação permitiram que a Educação infantil fosse concebida como direito da criança de 0 a 6 anos de idade, sendo entendida como espaço de aprendizagem e educação. Como resultado da pesquisa de campo, encontramos que, mesmo após esses avanços, as creches são ora concebidas pelos pais/responsáveis como espaço de Educação, ora como espaço de Assistência e guarda, ora envolvendo ambas as funções, demonstrando que trata-se de uma instituição que integra as funções de cuidar e educar.

Palavras chave: Educação infantil. Creche. Expectativa dos pais/responsáveis.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	O SURGIMENTO DA CRECHE	9
2.1	UMA NOVA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE SALVADOR, O CMEI	16
3	CAMINHOS DA PESQUISA	22
4	DA CRECHE MUNDO FELIZ AO CMEI MUNDO FELIZ	28
5	O OLHAR DOS PAIS COM RELAÇÃO AO CMEI MUNDO FELIZ	36
5.1	NARRATIVAS DOS PAIS COM RELAÇÃO AO CMEI MUNDO FELIZ	43
6	CONCLUSÃO	54
7	REFERÊNCIAS	58
8	APÊNDICES	61

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia discorrerá acerca das expectativas que pais e responsáveis têm ao matricularem seus filhos em uma instituição de educação infantil de Salvador, resultado do estudo teórico e da pesquisa de campo realizados como parte do trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Assim, esse estudo teve como objetivo geral, identificar e analisar as expectativas dos pais/responsáveis ao matricularem seus filhos no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Mundo Feliz, tendo como objetivos específicos, *identificar os motivos que levam os pais/responsáveis a matricularem os filhos no CMEI, identificar o envolvimento dos pai/responsáveis nesse espaço de aprendizagem, além de analisar quais aspectos relacionados ao educar e ao cuidar oferecidos pelo CMEI são mais relevantes para os pais/responsáveis.*

O desejo por essa temática partiu da vivência de estágio nessa citada instituição, uma vez que percebia-se que muitos pais concebiam o CMEI segundo a visão tradicional de creche como “depósito de crianças”. É certo que esta concepção de creche foi criada historicamente, uma vez que a Educação infantil configurou-se segundo uma dicotomia entre o cuidar e o educar, conforme veremos no capítulo sobre Surgimento de Creche, o qual explicita que as instituições de Educação infantil surgiram sob uma lógica de atendimento e assistência aos filhos de trabalhadoras de fábricas e indústrias, pois essas mulheres necessitavam de um local de guarda que acolhesse e cuidasse de seus filhos enquanto trabalhavam. Por essa razão, o surgimento dessas instituições não era configurado como direito de Educação às crianças menores de 5 anos e sim como uma Assistência a essas mulheres trabalhadoras. Vale ressaltar que diante do contexto atual de reconhecimento da Educação Infantil, como etapa inicial da Educação básica, não cabe pensar as creches apenas pelo fornecimento dos aspectos assistenciais.

O que percebe-se atualmente, mesmo após conquistas dos dispositivos legais da Educação, incluindo nisto a Constituição Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é que as instituições de Educação Infantil, sobretudo as creches, são concebidas como local de guarda e acolhimento de crianças, sendo consideradas por alguns, como “depósito” de crianças.

Para alcançar os objetivos delimitados por este estudo foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa com desenvolvimento de um trabalho de campo no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Feliz, situado no Subúrbio Ferroviário da cidade de Salvador, no qual buscávamos identificar e analisar as expectativas dos pais, de modo que descrevêssemos suas concepções sobre o CMEI em estudo. O CMEI Mundo Feliz atende em turno integral a dois grupos da Educação infantil, sendo eles, o Grupo II e o Grupo III, sendo a gestora a Pedagoga Jaciara Pimentel Simas.

Como técnica de coleta de dados dessa pesquisa, utilizamos a análise documental para conhecer o histórico e a proposta pedagógica da instituição, bem como o questionário, aplicado na primeira etapa do trabalho como forma de obter as informações necessárias acerca do perfil sócio-econômico dos pesquisados, além de analisarmos de forma sucinta o que estes compreendem como obrigações educativas e assistencialistas, e suas expectativas com relação ao CMEI. Além do questionário, utilizamos a entrevista, durante a segunda etapa do estudo nos dias 11 e 13 de outubro de 2011, o que possibilitou um contato direto com os pesquisados a fim de indagarmos sobre os motivos da matrícula dos filhos nesse CMEI, suas expectativas e seu envolvimento com essa instituição.

Buscamos no processo de análise dos dados obtidos através do trabalho de campo identificar se as expectativas atribuídas a esse espaço são relacionadas à Educação, quando se dá ênfase aos aspectos educativos, ao desenvolvimento social, intelectual, afetivo e psicológico, ou à Assistência, quando a ênfase está voltada aos aspectos assistenciais relacionados ao cuidar, o alimentar, higienizar, colocar para dormir, acolher e cuidar da saúde, ou ainda a existência de ambas as características quando as perspectivas do educar e do cuidar estão articuladas.

Esse estudo é relevante uma vez que nos permite identificar as expectativas atribuídas pelos pais/responsáveis a essa instituição, compreendendo se tais expectativas conduzem a compreensão do CMEI como espaço propício a aprendizagem, com ênfase no favorecimento ao desenvolvimento integral das crianças entre 2 e 3 anos de idade ou como espaço de guarda e cuidados, concepção que valoriza o oferecimento de aspectos assistenciais, relacionados ao cuidar, trocar, higienizar, alimentar e colocar para dormir. O resultado dessa pesquisa permitirá ainda que a instituição em estudo trace estratégias que estreitem os laços na relação Família e Escola, uma vez que, com as expectativas definidas, a instituição compreenderá qual a concepção que tem os pais com relação a esse espaço, sabendo assim, de que maneira agir, que planos e projetos traçar para que se alcance boas relações entre os segmentos, o que favorece a aprendizagem e desenvolvimento das crianças matriculadas nesse CMEI.

É importante neste ponto ressaltar que desejar identificar qual aspecto – educativo ou assistencial - é mais significativo, não significou dizer que um está em detrimento do outro, uma vez que temos ciência que a Educação Infantil deve ser estruturada em torno de três princípios básicos: o cuidar, o educar e o brincar.

Após as etapas do trabalho de pesquisa, o estudo iniciou a fase de análise e escrita dos dados, o que embasou a escrita para os capítulos dessa monografia, sendo eles a saber, o Capítulo 2, denominado *O Surgimento da creche*, em que apresentamos uma sequência cronológica e histórica sobre a origem das instituições de Educação Infantil, discorrendo acerca das concepções assistencialistas que subsidiaram o aparecimento das creches e pré-escolas no Brasil e em outros países. Além de abordarmos ainda, as conquistas Constitucionais da Educação infantil, levando em consideração os avanços que permitiram que esta etapa saísse de uma perspectiva assistencialista para outra educativa.

O Capítulo 3, chamado de *Caminhos da pesquisa*, explicitará os percursos metodológicos desse trabalho, de modo que apresentemos o tipo de metodologia utilizada, as técnicas e os instrumentos de pesquisa, as fontes de coleta e as etapas do estudo realizado no CMEI Mundo Feliz.

Em seguida, o capítulo 4, intitulado *Da Creche Mundo Feliz ao CMEI Mundo Feliz*, no qual apresentamos a história do CMEI em estudo, contextualizando no que diz respeito a sua localização, aspectos históricos da instituição desde seu surgimento até os dias atuais, além de compreendermos as transformações do ponto de vista educacional e assistencialista que acompanharam o funcionamento dessa instituição quando esta passou pela Municipalização, durante o ano de 2008.

No capítulo 5, denominado *O olhar dos pais com relação ao CMEI Mundo Feliz*, discorreremos acerca dos resultados obtidos por esse estudo. Como forma de facilitar a compreensão acerca dos resultados optamos por abordar no primeiro momento a análise dos questionários, onde discutiremos sobre o perfil sócio-econômico dos pais pesquisados e o primeiro levantamento de suas expectativas em relação ao CMEI, para em seguida abordarmos em um seção especial denominada *Narrativas sobre as motivações e expectativas dos pais/responsáveis*, a discussão dos resultados das entrevistas, em que de forma mais aprofundada teceremos considerações sobre o objetivo de estudo do trabalho, a identificação das expectativas que pais/responsáveis têm com relação a esse espaço, refletindo sobre tais concepções e analisando-as segundo o aspecto Assistencialista ou Educativo.

No capítulo 6, apresentaremos as considerações finais do trabalho, abordando uma síntese dos resultados obtidos na perspectiva de atender aos objetivos delimitados no trabalho de pesquisa.

2 O SURGIMENTO DA CRECHE

Este capítulo apresentará considerações acerca do surgimento da creche, de modo que conheçamos a origem dessa instituição, bem como o contexto histórico pela qual ela surgiu, compreendendo sua funcionalidade para sociedade, seus objetivos e intenções educacionais ou assistenciais.

Para tanto, tomamos como referencial os autores que traçam um percurso histórico das creches e outras instituições de educação infantil, sendo eles, Arce (2002), Bassedas (1999), Kappel, Carvalho e Kramer (2001), Kuhlmann (2000), Kuhlmann (2001), Sanches (2003), Campos, Rosemberg e Ferreira (1995), além de analisarmos alguns Documentos Nacionais que discorrem acerca da Educação, entre eles, a Constituição Nacional (BRASIL, 1988), o Livro de Estudo (Coleção PROINFANTIL, Módulo I, unidade 3), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069).

As instituições educacionais criadas para crianças até 3 anos, as creches, surgiram posteriormente aquelas destinada as crianças maiores, descreve Kuhlmann (2000). Esse mesmo autor apresenta que a creche é criada na França em 1844, sendo difundida internacionalmente em 1870 após as descobertas no campo de microbiologia que viabilizaram a amamentação artificial. Para ele suas intenções precisam ser bem mais pesquisadas, por conta da circulação de pessoas e ideias em torno delas, entretanto o que podemos afirmar é que essas instituições foram criadas para atender as crianças pobres e as mães trabalhadoras.

Foi durante o século XIX que as primeiras instituições de educação infantil começaram a surgir, uma vez que as referências históricas apresentam que durante esse período as creches, escolas maternas, salas de asilo e jardins de infância firmaram-se enquanto instituições de educação infantil. Tais instituições dedicadas ao atendimento ou educação de crianças menores de 6 anos tinham denominações e, em alguns momentos, intenções distintas, mas que entre outras coisas eram estruturadas para guardar e atender a infância.

Kuhlmann (2001, p. 8) apresenta que a creche – como a escola maternal – poderia fornecer à criança as reais condições de um desenvolvimento. Ainda este autor assinala que, para algumas crianças, a creche se constituiria em um lugar melhor do que a casa.

Entre as instituições educacionais para infância, destaca-se o jardim-de-infância, criado na Alemanha por Froebel, considerada como a mais bem-sucedida das instituições. O jardim de infância tinha objetivos diferenciados daqueles estabelecidos pelas creches, uma

vez que era considerado instituição educacional, pedagógica. Segundo Arce (2002), não é muito difícil entender porque Froebel, fundador dos Jardins-de-infância, denominou assim as instituições voltadas ao trabalho com crianças em idade pré-escolar. Para Froebel, a infância, assim como uma planta, deveria ser objeto de cuidado atencioso. Na Alemanha Froebel chegou a escrever sobre a educação desde a mais tenra idade, afirma Kuhlmann (2000).

Para Kuhlmann (2001), essa instituição desponta como um contraponto as demais, uma vez que é tratada como detentora exclusiva de uma concepção pedagógica.

Durante a passagem do século XIX ao XX, em que creches, escolas maternas e jardins-de-infância fizeram parte do conjunto de instituições modelares de uma sociedade civilizada, o Brasil vivia o deslocamento da influência européia para os EUA, e inclusive relacionava essa mudança à educação da criança, afirma Kuhlmann (2000). De acordo com o Livro de estudo da Coleção PROINFANTIL (Módulo I, unidade 3), essas transformações ocorridas na Europa e nos Estados Unidos favoreceram a divulgação de ideias e de projetos, trazendo as instituições de Educação Infantil ao Brasil.

Na medida em que as cidades iam se desenvolvendo industrialmente e a mão-de-obra feminina cada vez mais conquistava seu espaço no mercado de trabalho, as creches iam surgindo como forma de acolher e guardar as crianças filhas de mães trabalhadoras. Por conta disso Sanches (2003, p.63) afirma que a creche era uma instituição atrelada as necessidades do nascente capitalismo e urbanização, uma vez que seu surgimento ocorreu em decorrência do processo de industrialização e urbanização do país.

Desse modo, pode-se afirmar que o fator determinante para o surgimento de creches na sociedade moderna industrializada foi o ingresso da mulher no mercado de trabalho.

Assim, o objetivo primordial da creche estava relacionado com a guarda da infância, como forma de não permitir que as ruas fossem ocupadas por crianças pobres. Segundo Livro de estudo (Coleção PROINFANTIL, Módulo I, unidade 3), essa situação deu origem a alguns preconceitos contra a criança pobre, como se estas fossem candidatas a delinquência. Ainda este mesmo documento assinala que muitos reforçaram este tipo de preconceito quando disseram que cuidar da criança era necessário para combater o crime. Sanches (2003, p. 64) apresenta que para os juristas, a criação das creches, jardins de infância e escolas maternas era uma forma de conter a criminalidade, consequência da desorganização familiar.

Ao longo da história são várias as instituições dedicadas ao atendimento ou educação de crianças menores de 5 anos. Todas essas com caráter e objetivos, em alguns momentos, distintos, mas que entre outras coisas, eram estruturas para guardar a infância. Em todas as referências históricas acerca do surgimento da creche percebe-se a constante atribuição da

função de cuidar relacionada a essas instituições. Como aponta Bassedas (1999), por volta de 4 ou 5 anos algumas famílias já requerem a ajuda de profissionais para cuidarem do seu filho ou filha durante algumas horas do seu dia. Ainda esta mesma autora assinala que por esse motivo, historicamente começaram a aparecer as escolas ou instituições que se encarregam de cuidar das crianças pequenas. Desse modo, Bassedas (1999) descreve que planejaram-se etapas correspondentes as idades, nas quais as crianças, mesmo não sendo obrigatória a escolarização, participassem de uma escola ou instituição que tivesse como objetivo principal cuidar de meninos e meninas pequenos na ausência de seus pais.

Considerava-se que as creches contribuíssem para diminuição dos altos índices de mortalidade infantil, uma vez que tais instituições eram estruturadas para cuidar adequadamente das crianças pequenas. Não havia nessas instituições a prevalência de caráter educacional, uma vez que como afirma Kuhlmann (2000), pode-se dizer que até meados da década de 1970, as instituições de educação infantil viveram um lento processo de expansão, parte ligada aos sistemas de educação, atendendo crianças de 4 a 6 anos, e parte vinculada aos órgãos de saúde e assistência, com um contato indireto com a área educacional.

A vinculação dessas instituições a diferentes órgãos demonstram que desde seu surgimento a creche tinha intenções e propostas assistencialistas, uma vez que seu trabalho era pautado no cuidar, alimentar, higienizar, colocar para dormir. Bassedas (1999) afirma que a educação institucionalizada das crianças menores de seis anos esteve direcionada, administrativamente, a diferentes departamentos. Primeiro, esteve vinculada ao Departamento do Trabalho, quando se dava ênfase aos aspectos de custódia das crianças, enquanto a mãe trabalhava; de Saúde, quando os aspectos essenciais eram de caráter assistencial, e de Ensino, quando se tratava de atender dentro da Escola também a escolarização obrigatória. Kappel, Carvalho e Kramer (2001) assinalam que há uma classificação que subordina a creche a órgãos de caráter médico e assistencial, e a pré-escola ao sistema educacional.

Custódia, guarda, acolhimento, cuidados, sempre foram palavras estritamente relacionadas às funções da creche. Tal instituição foi estruturada como forma de garantir um local de acolhimento para as crianças, de modo que algumas mazelas relacionadas ao crescimento das grandes cidades fossem sanadas. As creches instaladas junto às fábricas eram uma forma de assegurar as mães trabalhadoras um local seguro para que seus filhos permanecessem enquanto estas trabalhavam e produziam em larga escala para o sistema capitalista. Dessa forma, Sanches (2003, p. 64) apresenta que o pressuposto era que, atendendo bem o filho do operário, este trabalharia mais satisfeito e produziria mais.

Segundo Kuhlmann (2000), no estado de São Paulo, desde dezembro de 1920, a legislação previa a instalação de Escolas Maternais, com a finalidade de prestar cuidados aos filhos de operários, preferencialmente junto às fábricas que oferecessem local e alimento para as crianças. Esse mesmo autor apresenta que no período da República criam-se as primeiras instituições, chegando a contar ao menos 15 creches, em 1921, e 47, em 1924, distribuídas por várias capitais e algumas cidades do país.

Pode-se afirmar que a partir de 1930, observam-se algumas ações do Estado no sentido de instituir dispositivos legais com o objetivo de garantir o direito de educação aos filhos das trabalhadoras. A Legislação trabalhista brasileira desde 1932 previa creches nos estabelecimentos em que trabalhassem 30 ou mais mulheres. Essa lei foi concebida, segundo Kuhlmann (2000), como letra morta. Com a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – surgem os berçários para atender aos filhos dos trabalhadores durante o período da amamentação.

Segundo Sanches (2003) em 1942 cria-se o Departamento Nacional da Criança (DNCr), órgão vinculado ao Ministério da Saúde, que juntamente com o SAM (Serviço de Assistência aos Menores), vinculado à LBA (Legião Brasileira de Assistência), ficaria encarregado de estabelecer normas para o funcionamento de creches. Campos, Rosemberg e Ferreira (1995, p. 56) apresentam que desde a criação do Ministério da Saúde (Lei nº 1.920, de 1953) até 1970, o órgão responsável pela proteção materno-infantil, incluindo o atendimento ao pré-escolar, foi o Departamento Nacional da Criança – DNCr.

O DNCr e o SAM eram órgãos encarregados pelo repasse dos recursos para as instituições particulares, suas normas quanto as instalações de creches deveriam ser rigorosamente cumpridas, atendendo a preceitos de higiene, sob orientação de médicos pediatras, enfermeiras, assistentes sociais, entre outros profissionais relacionados a área da higiene infantil.

Segundo Campos, Rosemberg e Ferreira (1995) a LBA, vinculada ao SAM, era uma instituição destinada a desenvolver serviços de assistência social. Assim notamos que o funcionamento de creches era tido como um serviço assistencialista, uma vez que a vinculação dessa instituição a órgãos da área da Saúde e Assistência, demonstram seu caráter assistencialista por conta do distanciamento dessa instituição com órgãos da Educação.

Percebe-se neste ponto que a preocupação com a educação e o desenvolvimento intelectual das crianças não eram levados em consideração, uma vez que as creches não apresentavam uma proposta pedagógica definida, que contemplasse a criança e sua aprendizagem. Desse fato podemos assegurar que suas intenções eram somente

assistencialistas, pois estas instituições tinham suas funções pautadas no cuidar, higienizar, bem como no ensino de bons hábitos de comportamento social e moral.

Contraopondo-se a esse fato, apresentam-se os jardins de infância, instituição de educação infantil que desde seu surgimento se mostrou como essencialmente educacional, pedagógica, pouco importando-se com os cuidados relacionados a criança. Sanches (2003, p. 66) assinala que o jardim de infância era tipicamente escolar, destinando-se aos filhos das famílias abastadas. Essa mesma autora ao citar Kishimoto (1986: 50) apresenta que, desde sua origem, os jardins de infância tinham objetivos educacionais e as creches, assistenciais.

Foi durante o período republicano que as creches começaram a crescer em números e sua existência começaria a configurar-se enquanto direito da criança e não mais das mulheres, como assim então era defendida. O Congresso Nacional aprovou a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que apresentava uma ampla reforma para educação brasileira, apresentando a criança de 0 a 6 anos de idade como dona do direito de receber educação, especialmente em escolas maternas e nos jardins de infância. (Livro de Estudo, coleção PROINFANTIL, módulo I, unidade 3)

Em 1967, o Estado adotou uma política para ampliar a rede de Creches, de forma a atender a grande maioria das mulheres trabalhadoras que haviam sido excluídas pela CLT. Assim sendo, o atendimento em Creches começava a se configurar como um direito das crianças, apesar da ênfase ainda voltada ao direito da mãe trabalhadora.

A nova fase da educação infantil brasileira é iniciada durante um período tenso e repleto de mudanças no cenário nacional, o regime militar. Esse período de repressão e censura inibiu as manifestações e o direito de expressão da população. Dessa forma, as manifestações tendo em vista a luta do direito de creches eram reprimidas com extrema violência. Destaca-se nesse momento a participação das mulheres nessa luta, organizando-se em congressos e movimentos de luta. No ano de 1978 é lançado oficialmente o Movimento de Lutas por Creches, que se expandiu nos centros urbanos. Este movimento tinha por objetivo exigir do Estado modificação e reorganização das políticas sociais.

Em meados dos anos 80, onde o movimento em defesa das populações infantis, com vista à Assembléia Nacional Constituinte e, mais tarde, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pretendeu consolidar a expressão “educação da criança de 0 a 6 anos” ou “educação infantil” para designar o trabalho realizado em creches e pré-escolas, como apontam Kappel, Carvalho e Kramer (2001).

A Constituição de 1988 confirma a creche enquanto instituição educacional de direito da criança. Campos, Rosemberg e Ferreira (1995) assinalam que com a nova Constituição a

tarefa de elaborar legislação complementar, formular políticas sociais, expandir o número de creches e pré-escolas respalda-se em direitos constitucionais adquiridos pelas crianças brasileiras de 0 a 6 anos.

A educação infantil, após conquista da Constituição Nacional, passa a ser dever do Estado, devendo ser ofertada em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade. (BRASIL, art. 208, parágrafo IV). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 29 assegura a educação infantil como:

A Educação Infantil, etapa inicial da Educação Básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996)

Como etapa inicial da Educação Básica, a Educação Infantil inicia seu reconhecimento após promulgação das supracitadas Leis, apresentando-se como imprescindível ao processo de desenvolvimento dos indivíduos. O Art. 30 da LDB explícita que a Educação Infantil será oferecida em; “I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade”

Vale ressaltar que com a Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, que torna obrigatório o ingresso no ensino fundamental aos seis anos de idade e a Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional dispendo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental; a educação infantil sofreu alterações no que diz respeito ao atendimento da criança de seis anos. Conforme a Resolução nº 1 de 14 de janeiro de 2010 art. 2º “para o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental, a criança deverá ter 6 (seis) anos de idade completos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.” e o art. 3º “as crianças que completarem 6 (seis) anos de idade após a data definida no artigo 2º deverão ser matriculadas na Pré-escola.” O que significa que a educação infantil, mesmo com o ensino fundamental de 9 anos, ainda atende crianças até os seis anos de idade.

A Legislação nacional passa a reconhecer a Educação Infantil como etapa da Educação, compreendendo as instituições de educação infantil enquanto instituições essencialmente educativas, contrapondo-se as concepções assistencialistas que formavam o panorama de fundo em que as creches e pré-escolas surgiram.

Essas conquistas foram ainda resultado da mudança de conceber a criança e seus direitos defendidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990). Promulgado em 13 de julho de 1990, este documento foi criado com o objetivo de assegurar as crianças e adolescentes o acesso a direitos infanto-juvenis, compreendendo-os

enquanto sujeitos de direitos. Para Antonelli et. al (2010) a promulgação do ECA foi uma grande conquista da sociedade brasileira, pois trata-se da produção de um documento de direitos humanos fundamentado em princípios éticos, como liberdade, autonomia, pluralidade e dignidade.

O artigo 54 deste Estatuto considera que é dever do Estado assegurar a criança e ao adolescente: IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. Assim, a educação infantil configurou-se como direito das crianças e dever do Estado. Com a Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009 a matrícula pré-escolar passa a ser obrigatória para a família, uma vez que o artigo 208 passa a vigorar da seguinte forma: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

O que cabe ressaltar é que a incorporação da Educação Infantil a Educação Básica não necessariamente resolveu todos os problemas os quais as instituições de educação infantil (creches e pré-escolas) enfrentaram e enfrentam atualmente. As concepções assistencialistas de creche não foram completamente superadas pela sociedade e nem por alguns profissionais da educação, o que demonstra que o caminho para atingir a qualidade na educação infantil ainda apresenta-se como longo. Essa “qualidade” citada anteriormente envolveria reconhecimento acerca da importância que esta etapa representa ao processo de desenvolvimento e aprendizagem infantil, bem como valorização dos profissionais da área (professores, auxiliares de desenvolvimento, gestores) o que em conjunto resultaria uma nova forma de pensar a educação infantil.

A Educação Infantil de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) como primeira etapa da Educação básica é incumbência dos Municípios e desse modo o artigo 11 dessa Lei apresenta:

Art. 11 – Os Municípios incumbir-se-ão de:

V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1996)

Sendo assim, os Municípios brasileiros devem ofertar a Educação infantil, em instituições que contemplem e atendam as novas exigências da Constituição Nacional e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

É nesse sentido que, desde 2008, a Prefeitura Municipal de Salvador em atendimento a essas exigências legais, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, municipalizou as creches, que anteriormente eram vinculadas a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, apresentando uma nova forma de conceber as instituições de educação infantil, que a partir deste citado ano passaria a chamar-se Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, o qual apresentaremos suas propostas e objetivos pedagógicos na próxima seção.

2.1 UMA NOVA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE SALVADOR, O CMEI.

Esta seção é dedicada à apresentação de considerações acerca do surgimento do CMEI. Como forma de referendar a escrita acerca do novo espaço de Educação Infantil do Município de Salvador, o CMEI, serão analisadas as considerações presentes no Documento de Referências e Orientações Pedagógicas para subsidiar o trabalho educativo dos Centros Municipais de Educação Infantil (SALVADOR, 2008). Neste documento podemos encontrar referências que auxiliam os profissionais da educação infantil, uma vez que essa instituição apresenta um contraponto às demais por apresentar proposta e intenções pedagógicas definidas.

Este citado documento tem por objetivo fornecer referências e orientações pedagógicas, contribuindo com a implantação e/ou implementação de práticas educativas de qualidade, subsidiando o trabalho educativo de professores e demais profissionais da Educação Infantil que atuam em CMEI (SALVADOR, 2008).

O documento está estruturado de forma que encontremos nele a justificativa para criação dos CMEI's, seus objetivos, apresentações acerca da prática cotidiana dessa instituição, bem como informações acerca do Projeto Político Pedagógico, currículo e avaliação, entre outros elementos que norteiam a nova prática das creches do Município de Salvador.

Além de analisarmos o citado referencial, analisaremos ainda o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, tecendo considerações sobre o que este último documento

apresenta como princípios da Educação infantil, que em conjunto fundamentam as práticas pedagógicas em creches e pré-escolas.

O Município de Salvador contou durante muito tempo com instituições de educação infantil vinculadas a órgãos de Assistência Social, uma vez que grande parte das creches eram vinculadas a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDES, demonstrando uma função assistencialista atribuída a essas instituições.

Desse fato podemos ressaltar dois aspectos, o primeiro, aquele que retoma a função somente assistencialista em que as creches funcionaram durante muitos anos, que levava em consideração o ensino e as concepções de educação baseadas no cuidar da saúde, alimentação e guarda, e um segundo que demonstra a equívoca vinculação que as creches do Município de Salvador tinham, uma vez a Constituição Nacional determina em seu art. 30 como competência dos Municípios: “VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental”.

Assim, desde 2008, o Município de Salvador, através da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SECULT, atendendo, mesmo que de forma tardia, ao chamado da Constituição, iniciou seu processo de municipalização de creches, integrando as 45 creches que antes eram vinculadas a SEDES.

Segundo o Documento de Referências e Orientações Pedagógicas para subsidiar o trabalho educativo dos Centros Municipais de Educação Infantil (SALVADOR, 2008, p. 6) o CMEI é uma nova concepção de Educação Infantil, que transforma a Creche num local destinado a favorecer o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos, enquanto um direito.

Percebe-se que a criação do CMEI apresenta-se como um rompimento com a antiga forma de conceber as creches ou instituições de educação infantil, uma vez que o surgimento do CMEI transforma estes espaços em instituições enriquecedoras, educativas, estimulantes e propícias ao desenvolvimento integral da criança, rompendo com a visão tradicional de creche como “depósito de criança”.

O surgimento do CMEI insere-se no contexto da compreensão acerca da importância e valorização da Educação Infantil. A partir dessa nova concepção de creche defendida pelo Município de Salvador, entende-se a criança como um ser que necessita experimentar a infância, descobrindo, inventando, criando e aprendendo em ambientes estimulantes.

O Centro Municipal de Educação Infantil tem como função favorecer o processo de desenvolvimento e de aprendizagem das crianças que o frequenta. Seu objetivo geral apresenta de forma clara um rompimento com a visão tradicional e errônea assumida pela

Creche historicamente, sendo ele, “oferecer um ambiente estimulante, enriquecedor e criativo as possibilidades de as crianças entenderem e atuarem no mundo” (SALVADOR, 2008, p. 10).

Os objetivos específicos assinalam para a contribuição para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, respeito e confiança, acesso ao conhecimento mais amplo da realidade social e cultural, favorecimento no que diz respeito ao desenvolvimento afetivo, entre outros.

Ao analisarmos os objetivos específicos definidos para o trabalho pedagógico realizado nesse espaço, concluiremos que estes afastam a Creche do conceito, enquanto instituição de caráter assistencial, para aproximá-la do conceito de instituição educativa.

Cabe nesse ponto ressaltar que a defesa do CMEI enquanto instituição educativa, não o afasta da função de cuidar, uma vez que compreendemos que a Educação Infantil deve ser estruturada em torno de três princípios básicos: o cuidar, educar e o brincar. O que apresenta-se como fundamental nessa nova forma de conceber as instituições de Educação Infantil é o fato do CMEI integrar os três supracitados princípios em toda sua prática pedagógica, contrapondo-se a creches com funções meramente assistencialistas, que tinham uma “educação” pautada na guarda e acolhimento das crianças de 0 a 3 anos.

Assim, o Documento de Referências e Orientações Pedagógicas para subsidiar o trabalho educativo dos Centros Municipais de Educação Infantil (SALVADOR, 2008) apresenta que os princípios básicos da educação infantil são integrantes da prática do CMEI. Segundo este citado documento, é necessário compreender o cuidado na esfera da instituição de Educação Infantil como parte integrante da educação.

De acordo com o Referencial Nacional para Educação Infantil (1998, v.1, p. 24):

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolem a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas.

O cuidar envolverá o desenvolvimento, tanto de aspectos afetivos, quanto os cuidados com os aspectos biológicos do corpo, incluindo nesse aspecto a qualidade da alimentação e saúde. Para o Documento de Referências e Orientações Pedagógicas para subsidiar o trabalho educativo dos Centros Municipais de Educação Infantil (SALVADOR, 2008, p. 13) o cuidar

inclui todas as atividades ligadas ao cotidiano de qualquer criança: alimentar, lavar, trocar, proteger, consolar.

Assim, percebe-se que a proposta dos Centros Municipais de Educação Infantil em Salvador não afasta a função de cuidar da prática de educação infantil, nem a coloca em detrimento ao educar, como historicamente foi pautado o trabalho em creches, ele apenas integra esses aspectos.

De acordo com suas propostas e objetivos, os Centros Municipais de Educação Infantil concebem a criança de 0 a 5 anos como ser em processo de aprendizagem, que deve ter acesso a elementos educativos e culturais imprescindíveis para sua formação. O brincar, enquanto outro princípio da Educação Infantil tem seu espaço na proposta pedagógica desse espaço, uma vez que o trabalho educativo do CMEI leva em consideração a aprendizagem que as crianças podem adquirir através das brincadeiras.

Analisando as orientações e propostas para o trabalho em CMEI, apresentados através do Documento da SECULT pode-se compreender que o trabalho nesses espaços apresenta uma função diferenciada das creches que desenvolviam sua prática baseada nos aspectos assistencialistas, conforme visto na abordagem do surgimento das creches, uma vez que o CMEI é concebido por este documento como espaço educativo, concepção que até então não referenciava a instituição de educação infantil, especificamente a creche.

É certo que após a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional apresentarem a Educação Infantil como dever do Estado e direito das crianças, e acima de tudo etapa inicial da Educação Básica, ainda hoje encontramos instituições que desenvolvem seu trabalho com base no cuidar e acolher, sem levar em consideração os princípios básicos da educação infantil, nem a forma particular que a criança aprende.

De acordo com Documento de orientações Pedagógicas do CMEI (SALVADOR, 2008, p. 15) o Centro Municipal de Educação Infantil – é um “espaço educativo que deve criar condições para que a integração ocorra de forma eficaz, prazerosa e lúdica, levando em consideração tanto as características das crianças, quanto as mudanças rápidas e profundas que ocorrem nesta faixa etária”, de 0 a 5 anos.

Outras mudanças que podem ser notadas na organização do trabalho pedagógico dessas instituições é o fato do CMEI apresentar uma proposta diferenciada quanto a organização dos espaços, materiais, relacionamento com as famílias e profissionais que atuam diretamente nesse espaço.

O Documento citado propõe que o ambiente do CMEI deve ser organizado de modo que promova o desenvolvimento da: identidade da criança, o desenvolvimento de competências,

oportunidade para o crescimento da criança, a segurança e confiança na criança e nas relações com os outros, além da privacidade.

Notamos uma diferenciação entre a forma de educar as crianças na idade entre 0 e 5 anos em CMEI e aquela apresentada pelas creches logo em seu surgimento, afinal de acordo com a proposta do CMEI, há uma grande preocupação se esta educação infantil ocorrerá em um ambiente propício e estimulante as potencialidades infantis, não levando em consideração apenas os aspectos de guarda, acolhimento, alimentação e saúde.

No que diz respeito a organização do tempo, o CMEI propõe momentos de atividades diferenciadas, que integram os aspectos de cuidado, educação e brincadeiras. Assim sua rotina prevê que a criança deve em um dia experimentar o envolvimento dessas funções, tendo em vista seu desenvolvimento integral. O cotidiano estabelecido para estes espaços não enfatizam exclusivamente os aspectos de cunho físico, relacionados ao cuidar; a rotina proposta para o CMEI envolve atividades como, chegada, acolhimento, alimentação, atividades diversificadas, atividades orientadas pelo professor, roda interativa, recreação, o que demonstra um contraponto a rotina estabelecida para os berçários, apresentada por Sanches (2003) citando Costa (1966) que apresenta uma organização do tempo com ênfase aos cuidados físicos: acolhimento, alimentação, repouso e troca.

Há ainda uma diferenciação no que tange aos profissionais que atuam nesse espaço. Com a criação dos Centros Municipais de Educação Infantil há a criação de uma nova função, o Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, conhecido como ADI. Segundo Sanches (2003) a função de ADI surge em 1987, em substituição da Pajem. A Pajem nas Creches assistencialistas eram as profissionais treinadas pela equipes técnicas das Supervisões regionais de serviço social para acompanhar as professoras. Sanches (2003) afirma que os pré-requisitos exigidos para ser pajem, eram: no mínimo 18 anos de idade, Ensino Fundamental incompleto (acima de 4ª série) e se possível, experiência com criança.

Com a criação do CMEI a função de ADI é incorporada ao quadro de profissionais dessas instituições. É importante ressaltar que a função de ADI diferencia-se das atribuições da Pajem, uma vez que entre as referências e orientação do Documento do município de Salvador, a Auxiliar de desenvolvimento infantil deve apoiar o professor no desenvolvimento das atividades, contribuindo para o processo de aprendizagem das crianças (SALVADOR, 2008, p. 28).

A ADI não é um professor (não vai escolarizar) e não é uma pajem (não vai “olhar”, “tomar conta”). Cabe a ela, no entanto, a dupla tarefa: cuidar e educar. (SANCHES citando Portaria n.71/Fabes/GAB/93.1)

Outro aspecto que merece destaque quanto a criação do CMEI é o fato de cada instituição educativa contar com seu Projeto Político Pedagógico – PPP - estabelecido, demonstrando cada vez mais suas intenções e propostas pedagógicas. Assim o documento de orientação ao trabalho em CMEI apresenta que cada unidade de ensino deve criar com autonomia seu PPP com base nas orientações legais, levando em consideração os princípios éticos, estéticos e políticos, estar fundamentado numa concepção da criança como cidadã, considerar a inclusão como direito da criança com necessidades educacionais especiais, entre outras orientações, que norteiam a elaboração deste documento.

No que tange a proposta curricular dessa instituição, o currículo da Educação infantil está fundamentado com o que apresenta os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 1999), que apresenta uma organização por âmbitos, sendo eles: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo, constituído por eixos norteadores, sendo: Identidade e Autonomia, Movimento, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

Assim, percebe-se que o CMEI apresenta uma proposta de trabalho educativo diferenciado da visão tradicional de creche, uma vez que essa instituição de educação infantil defendida pelo Município de Salvador apresenta elementos antes não encontrados nas creches, a exemplo de Projeto Político Pedagógico, definição de Currículo, integração entre o cuidar e educar, o que aproxima a creche da concepção de instituição educativa, afastando-se da concepção de instituição assistencialista.

Com a discussão apresentada neste capítulo compreendemos o histórico das instituições de Educação Infantil no mundo e no Brasil, uma vez que apresentamos aqui o surgimento da creche, abordando especificamente o município de Salvador, quando tratamos da criação do CMEI. Assim, percebemos que as creches ao longo dos anos estruturaram-se segundo uma dupla função – educar e cuidar - , e que só a partir dos movimentos de lutas por creches e as modificações das legislações vigentes é que esta instituição assumiu a perspectiva educacional, o que representa um salto para a qualidade da Educação infantil.

3 CAMINHOS DA PESQUISA

A abordagem utilizada nessa pesquisa é a Qualitativa, uma vez que o objetivo geral desse estudo busca identificar e analisar as expectativas dos pais/responsáveis ao matricularem seus filhos no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Feliz. Esse tipo de pesquisa, como afirma Neves (1996), não busca enumerar ou medir eventos, e geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. Concordando com isso, temos Moreira (2002) que afirma que na pesquisa qualitativa o foco está na interpretação, em vez de na quantificação, onde o pesquisado está interessado na interpretação que os próprios participantes têm da situação em estudo.

A utilização desse tipo de pesquisa deve-se ao fato que as expectativas dos pais/responsáveis de alunos matriculados nesse CMEI, foram coletadas e analisadas, sendo essa a característica da pesquisa qualitativa, uma vez que, como assinala Neves (1996), nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada, e partir daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados.

Quanto ao estilo de investigação foi descritiva, uma vez que Neves (1996), ao citar Godoy afirma que o caráter descritivo é, segundo este autor, uma característica da pesquisa qualitativa. Gil (1999, p. 44) afirma que as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. Desse modo, esse estudo foi descritivo, uma vez que buscou descrever as concepções dos pais ou responsáveis com relação ao CMEI, refletindo possíveis relações com a forma de conceber instituições de Educação Infantil de caráter assistencialista ou de caráter educativo.

No trabalho de campo foram utilizadas as seguintes técnicas de coleta de dados: análise documental, questionário e entrevista. As informações foram coletadas no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Feliz, situado na Rua Voluntários da Pátria s/n, Ladeira dos Fiais – Santa Luzia do Lobato. Vale destacar que as informações relacionadas à instituição expostas nessa monografia foram autorizadas pela gestão do CMEI.

A análise documental foi utilizada no sentido de ter acesso aos documentos da instituição com o objetivo de conhecer seu histórico, proposta pedagógica e concepção de educação infantil na perspectiva de uma possível articulação com as expectativas dos pais/responsáveis das crianças que é foco principal do trabalho. Os documentos analisados

foram: Projeto Político Pedagógico e Pasta arquivo contendo calendários, fichas de alunos, relatório de execução anos 1996 e 1997. Para complementação dos dados referentes à instituição foi realizada uma entrevista (vide Apêndice A) com as três funcionárias mais antigas da Creche. Funcionária 1, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil do Grupo III, atua na instituição há 20 anos, Funcionária 2, Lavadeira, atua há 8 anos na instituição e Funcionária 3, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil do Grupo III, atua na instituição há 7 anos.

O procedimento utilizado no levantamento de dados junto aos sujeitos participantes principais da pesquisa envolveu, como afirma Gil (1999, p. 70) a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. As informações foram coletadas com base na indagação direta dos pais/responsáveis. Tendo em vista a obtenção dessas informações, esse estudo utilizou tanto o questionário quanto a entrevista.

A instituição pesquisada dispõe de duas classes dos Grupos 2 e 3, da Educação Infantil, totalizando assim 34 pais/responsáveis a serem analisados. Assim as fontes de coleta para desenvolvimento desse estudo foram os pais e responsáveis dos alunos desse CMEI, pois buscava-se compreender as expectativas destes com relação a este espaço.

Esse estudo em seu primeiro momento de coleta de dado, utilizou questionários, para coletar algumas questões relacionadas a identificação pessoal, que incluiu idade, ocupação profissional, além de identificar a condição socioeconômica dos entrevistados. Assim, o questionário composto por 15 questões, apresentava 12 questões (questões 1-10, 13 e 14) relacionadas a identificação do pesquisado, e 3 questões (11, 12 e 15) relacionadas a expectativas dos pais com relação ao CMEI (vide Apêndice B). Nesse questionário foram coletadas as informações referentes a ocupação dos entrevistados, horário de trabalho, para entendermos a real necessidade que o CMEI representa para estes, além de coletarmos de uma forma quantificável as expectativas dos pais com relação a esse espaço.

Gil (1999, p. 128) ao definir os questionários apresenta que:

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesse, expectativas, situações vivenciadas, etc.

Os questionários foram aplicados nos dias 20, 21, 22 e 23 de setembro de 2011, no CMEI Mundo Feliz. A 1ª aplicação dos questionários ocorreu em 20 de setembro de 2011, no CMEI Mundo Feliz, dia em que foi realizada uma reunião de Pais e Professores, para passagem de informes referentes à aprendizagem e ao trabalho pedagógico da instituição.

A reunião teve como pauta assuntos relacionados as crianças, bem como a realização de uma dinâmica, cujo tema era O CMEI como espaço de aprendizagem, em que os pais, juntamente com gestora, professoras e ADI's interagiram.

No momento dedicado a aplicação da pesquisa foram distribuídos os questionários, explicitando aos presentes os objetivos desse estudo, e do instrumento que então recebiam. Cada questionário foi respondido individualmente, sob a supervisão da responsável pelo estudo, no sentido de auxiliar e tirar supostas dúvidas dos pais ou responsáveis, sem influenciar nas respostas destes.

Ao todo, o CMEI conta com 36 alunos matriculados, e 34 pais/responsáveis, uma vez que uma mãe é responsável por duas crianças gêmeas. Assim, nessa reunião deveriam estar presentes 34 pais/responsáveis que por oportunidade seriam solicitados a participar da pesquisa. Entretanto, no primeiro dia de aplicação houve apenas uma frequência de 12 pais, sendo que destes, apenas 9 responderam ao instrumento. Os demais necessitaram ausentar-se por motivos pessoais.

Pelo fato da baixa frequência dos pais nessa reunião, outros momentos foram dedicados a aplicação desses questionários, sendo eles os dias 21, 22 e 23 de setembro, aproveitando o momento em que os pais compareceram ao CMEI. Desse modo, durante esses dias 19 questionários foram aplicados sob supervisão da gestora e funcionários da unidade, no intuito de esclarecer supostas dúvidas. Destes questionários aplicados, 11 correspondiam aos pais ou responsáveis do Grupo II e 8 aos pais do Grupo III dessa instituição.

Além dos questionários, essa pesquisa em seu segundo momento de coleta de dados, utilizou entrevistas, onde após tabulação e análise dos dados obtidos pelos questionários, chegou-se a seleção, mediante sorteio que quatro pais seriam entrevistados para discorrerem melhor sobre aquilo que nos interessava nessa pesquisa. Entretanto, essa pesquisa só conseguiu a participação de três desses sorteados, uma vez que o quarto não pôde ser encontrado, pois sua filha matriculada nesse CMEI apresenta uma baixa frequência.

Um fato que merece destaque é que este sorteado é o mesmo que descreveremos suas expectativas no capítulo sobre *O olhar dos pais com relação ao CMEI Mundo Feliz*, uma vez que apresentou expectativas relacionadas somente aos aspectos Educativos do CMEI. Porém, notamos que o sorteado compreende as propostas pedagógicas da instituição, tem expectativas relacionadas a Educação, entretanto, sua filha apresenta um grande número de faltas, que por vez, compromete seu desenvolvimento e sua aprendizagem.

Dessa maneira, refletimos que há um distanciamento daquilo que se tem como expectativa e daquilo que realmente ocorre, uma vez que não basta apenas apresentar

expectativas relacionadas ao educar, é preciso que realmente os pais ou responsáveis compreendam e valorizem essa instituição, zelando pela aprendizagem dos seus filhos, além de conceber a prática educacional desta segundo as funções de cuidar e educar, como duas ações complementares que são.

Como forma de preservar a identificação pessoal dos pesquisados, optamos por denominá-los por letras. Assim os pesquisados *A* e *B* correspondem aos pesquisados que tiveram uma análise individual dos seus questionários, enquanto os entrevistados *C*, *D* e *E* correspondem aos selecionados para entrevistas. As entrevistas ocorreram nos dias 11 e 13 de outubro de 2011, no CMEI Mundo Feliz.

Segundo Gil (1999, p. 117), pode-se definir entrevista como técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção de dados que interessam a investigação. As entrevistas foram estruturadas de modo que fossem identificadas possíveis respostas que conduzam ao pensamento do CMEI como espaço de âmbito assistencialista ou educativo. Para tanto, nessas entrevistas foram interrogadas questões relativas à forma como o CMEI é concebido, em suas funções e expectativas, de que forma esse espaço é importante para o desenvolvimento infantil, além de analisarmos qual a importância atribuída aos aspectos assistencialistas e aos educativos.

Quanto ao nível de estruturação da entrevista, essa pesquisa utilizou de entrevista semi-estruturada (vide Apêndice C), uma vez que não houve um rigor de perguntas fixas. Como afirma Moreira (2002) nesse tipo de pesquisa o entrevistador pergunta algumas questões em uma ordem predeterminada, tendo liberdade para levantar outras questões, dependendo das respostas dos entrevistados. A escolha pelo uso desse nível, deve-se ao fato da não utilização de uma lista fixa e inalterada de perguntas previamente elaboradas, dando possibilidade ao entrevistador incluir questionamentos que considerar necessário para o esclarecimento das questões relacionadas a temática. De acordo com Moreira (2002, p. 55) na entrevista semi-estruturada podem existir questões suplementares sempre que algo de interesse e não previsto na lista original de questões aparecer. Desse modo, na lista original de questões dessa entrevista foram incluídos os seguintes questionamentos:

- Nome do entrevistado;
- O que te levou a matricular seu filho nesse CMEI?
- O que foi mais relevante durante a escolha por esse CMEI, o fato de saber que seu filho estaria em um local de guarda e acolhimento ou a aprendizagem e o desenvolvimento do seu filho?

- O que você espera desse CMEI?
- Suas expectativas estão sendo ou foram atendidas com relação a esse espaço?
- O que você entende sobre o direito sobre creche? Para você, de quem é esse direito assegurado por lei? Justifique sua resposta.
- Qual sua relação e envolvimento com esse CMEI?

A contribuição dos entrevistados através das respostas para as citadas questões envolveu a transcrição exata de sua narrativa, apresentando deste modo sua fala na íntegra. Assim, as narrativas apresentadas no capítulo sobre os resultados desse estudo, sobretudo na seção *Narrativas dos pais/responsáveis com relação ao CMEI*, explicitam as concepções dos entrevistados para cada pergunta, da mesma forma que assim pronunciaram, e por isso, em alguns momentos, poderemos encontrar erros referentes à ortografia, norma correta de escrever e falar, o uso de gírias, entre outros.

As etapas desse trabalho consistiram inicialmente pela definição da temática e problema a ser pesquisado. Desejando desse modo, investigar quais expectativas têm os pais/responsáveis ao matricularem seus filhos no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Feliz: educação ou assistencialismo. O desejo por essa temática apresentou-se como resultado da falta de compreensão dos pais no que diz respeito aos objetivos e função desse espaço. Laville (1999, p. 35) defende que o que mobiliza a mente humana são problemas, ou seja, a busca de um maior entendimento de questões postas pelo real, ou ainda a busca pela solução para problemas nele existentes, tendo em vista a sua modificação para melhora. Essa problemática despertou inquietação, uma vez que muitos ainda concebem a creche segundo aquela visão somente assistencialista, o que implica na restrição e desvalorização das possibilidades pedagógicas desse espaço.

Após a definição do problema de pesquisa, a segunda etapa desse trabalho incluiu a busca pela revisão da literatura pertinente a temática trabalhada, onde foram analisados os autores para referendar a escrita desse estudo. De acordo com Laville (1999, p. 112), fazer a revisão da literatura em torno de uma questão é, para o pesquisador, revisar os trabalhos disponíveis, objetivando selecionar tudo que possa servir em sua pesquisa. Como afirma Luna (2008, p. 32), o referencial teórico de um pesquisador é um filtro pelo qual ele enxerga a realidade, sugerindo perguntas e indicando possibilidades. A revisão da literatura subsidiou a realização dessa Monografia.

Em um terceiro momento, essa pesquisa passou para a fase de coleta de dados. De acordo com Pádua (2008, p. 153), essa etapa da pesquisa é a etapa que dará início a pesquisa

propriamente dita, com a busca exaustiva dos dados, recorrendo-se aos tipos de pesquisa mais adequados a tratamento científico do tema escolhido.

Após a coleta dos dados, o estudo iniciou a fase de análise dos dados, chegando aos resultados que apresentaremos no capítulo *Da Creche Mundo Feliz ao CMEI Mundo Feliz*, o qual expõe os dados relativos ao histórico da instituição e no capítulo *O olhar dos pais com relação ao CMEI Mundo Feliz*, onde apresentaremos as expectativas identificadas dos pais/responsáveis de crianças matriculadas nesse CMEI. Desse modo, depois de cumpridas essas etapas do estudo, chegou-se a escrita deste trabalho final.

4 DA CRECHE MUNDO FELIZ AO CMEI MUNDO FELIZ

No presente capítulo abordaremos sobre a história do CMEI Mundo Feliz, instituição onde foram coletadas as informações para elaboração dessa monografia, compreendendo a história dessa instituição, sua contextualização, entendendo as mudanças que a transformaram em Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Feliz. As fontes de coleta das informações necessárias para escrita deste capítulo foram fornecidas a partir da análise do Projeto Político Pedagógico da instituição, pelas entrevistas realizadas com antigas funcionárias, bem como através da análise de documentos do acervo presente no CMEI. Esse trabalho teve como finalidade conhecer além do histórico, a proposta pedagógica e a concepção de educação infantil da instituição para a realização da posterior análise das expectativas dos pais/responsáveis das crianças que frequentam o CMEI.

O CMEI Mundo Feliz situado na Rua Voluntários da Pátria, s/n, Ladeira dos Fias, no Bairro de Santa Luzia do Lobato, foi fundado em 3 de julho de 1983, sendo nessa época chamado de Creche Mundo Feliz, o qual entenderemos mais adiante a diferença entre os termos. O nome desse Centro de Educação Infantil foi resultado da escolha dos membros da comunidade, pois como assinalado no Projeto Político Pedagógico dessa instituição o nome Mundo Feliz partiu da ideia de que as crianças, moradoras da comunidade carente onde está situado o CMEI necessitavam de um mundo diferente daquele que elas encontravam nas ruas ou em suas próprias casas.

Sua fundação ocorreu por iniciativa de duas líderes comunitárias, sendo elas, a senhora Cidália, membro do Centro comunitário Paroquial Nossa Senhora das Dores e a Senhora Maria do Carmo, presidente da Associação Beneficente Recreativa do bairro Santa Luzia do Lobato.

A creche não contava com profissionais da área da educação ou saúde, os primeiros funcionários dessa instituição eram moradores do bairro indicados pelas líderes comunitárias. E isso incluía-se ainda os profissionais que atuavam diretamente com as crianças, denominados cuidadores, uma vez que estes funcionários não eram formados na área da educação. Entrevista com antigas funcionárias relatam que a instituição tinha uma função de cuidar, com um trabalho pedagógico muito precário.

No ano de sua fundação essa unidade de ensino atendia a sessenta crianças, divididas em duas turmas, na faixa etária de 2 a 6 anos de idade. A instituição atendia cerca de 30 crianças por turma.

A Creche Mundo Feliz, como assim era denominada, era uma instituição sob a responsabilidade do Governo do Estado da Bahia, vinculada às Voluntárias Sociais da Bahia, a Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social – SETRABES, e a Superintendência para o Desenvolvimento de Comunidades – SUDESCO.

Historicamente a organização não governamental, Voluntárias Sociais da Bahia - VSBA, fundada em 21 de março de 1960, pela primeira dama do estado, a senhora Lavínia Magalhães, esteve responsável pelas creches do estado da Bahia, desenvolvendo suas ações pautadas no assistencialismo. Em análise aos documentos que guardam a história do CMEI Mundo Feliz, pode-se perceber que a organização Voluntárias Sociais da Bahia - VSBA, zelava junto a instituição pela qualidade da saúde das crianças, envolvendo nesse aspecto, a qualidade da alimentação fornecida, uma vez que a creche era beneficiada pelo Programa Nossa Sopa da VSBA, além de coordenar os atendimentos médicos, psicológicos e nutricionais.

Essa organização era responsável junto com o Governo do Estado em realizar cursos de capacitação, periódicos para cuidadores, com conhecimentos relevantes sobre a área social, pedagógica e nutricional. (Projeto Político Pedagógico, CMEI Mundo Feliz.)

A partir da análise de documentos¹ pode-se verificar a existência de um vasto material relacionado ao funcionamento da creche, entre eles, calendários dos anos de 1996 a 1998, formulários de estatísticas de encaminhamento de saúde, fichas de avaliação de alunos, avaliação dos funcionários, além de relatórios das atividades desenvolvidas pela creche.

Os relatórios apontam que as funções realizadas pela instituição não tinham apenas o caráter assistencialista, como corriqueiramente costumam atribuir essa única função aos espaços de Educação infantil, particularmente a creche, uma vez que os documentos analisados indicam uma integração entre os aspectos – cuidar e educar, pois eram desenvolvidas na instituição atividades que visavam o desenvolvimento integral da criança.

Com base na entrevista realizada com antigas funcionárias, tomamos ciência que a instituição por alguns anos contou com professoras vinculadas ao Governo do Estado da Bahia, demonstrando que havia um trabalho pedagógico que visava a aprendizagem das crianças. O que cabe ser mencionado é que este fato não era comum, de modo que quando não havia a presença da professora em classe, eram as auxiliares que desempenhavam esse papel, com auxílio da coordenação da instituição, e auxílio de uma Pedagoga, também vinculada ao Governo do Estado, que semanalmente visitava a creche para esclarecer dúvidas quanto a

¹ Somente o Relatório de execução de 1996 está disponível na referência dessa monografia, os demais não serão encontrados por não apresentarem títulos, ano de criação e autor.

produção de planejamentos de aula, uma vez que segundas as funcionárias entrevistadas, essa era a maior dificuldade para que o trabalho tivesse um caráter pedagógico.

Percebe-se que a Creche Mundo Feliz produzia semestralmente um relatório, dividido em três setores, sendo eles, Setor Pedagógico, Setor de Saúde e Nutrição e Setor Social. Em cada um desses setores pode-se encontrar registros correspondentes a prática, concluindo que havia uma integração entre os aspectos.

Em análise aos escritos do Setor Pedagógico dos relatórios nota-se que eram consideráveis os esforços realizados pelo quadro de profissionais da instituição, a fim de desenvolver atividades que auxiliavam no desenvolvimento das crianças. Contudo, os relatórios indicavam a constante denúncia da falta de profissionais qualificados, nesse caso, professoras, além de falta de Supervisão Pedagógica, material escolar e equipamentos para auxiliar nas situações de aprendizagem realizadas com as crianças. O Relatório de Execuções da Creche Mundo Feliz referente ao segundo semestre de 1996, apresenta:

Apesar disso, necessitamos de incentivo nessa área no que diz respeito a questão salarial e treinamento para qualificação, pois não basta somente boa vontade, é preciso investimento. A propósito, em parceria com outras duas creches, desenvolvemos um Projeto de Qualificação do Corpo Docente, vide projeto em anexo, buscando melhorar os índices da qualidade dos serviços. Por outro lado, não tivemos absoluto acompanhamento pedagógico durante o ano, ficando a mercê do nosso entendimento e boa vontade de fazer acontecer. Outrossim pedimos que em 1997 as atividades tenham orientação do profissional competente.

Dessa forma, percebe-se que a Creche Mundo Feliz desempenhava suas ações sem a parceria de órgãos competentes, desenvolvendo assim, aquilo que considerava ser correto para ser trabalhado com as crianças.

A instituição Mundo Feliz prestava ainda, assistência às famílias da comunidade, acolhendo as crianças, quando suas mães e responsáveis trabalhavam ou desenvolviam qualquer outra atividade, o que demonstra sua função assistencialista.

Esse fato pode ser comprovado se analisarmos o que o Projeto Político Pedagógico dessa instituição apresenta como critérios de administração da unidade, sendo eles, a saber: crianças na faixa etária de 2 a 6 anos; Situação das mães: - mães que trabalhavam, comprovadamente, fora do lar e não tinham como quem deixar seus filhos, mães lavadeiras, inscritas do núcleo no mesmo bairro e mães que pretendiam trabalhar e tinham real carência financeira (Projeto Político Pedagógico do CMEI Mundo Feliz, p. 4)

Nota-se nesse ponto que o direito de acesso a creche não era tido como direito da criança, mas sim de suas mães, uma vez que em todos os critérios percebe-se a frequente referência da imagem da mãe/mulher como dona desse direito. Esse fato está diretamente relacionado com a concepção de creche criada historicamente, pois como visto no capítulo 2, intitulado O Surgimento da Creche, percebemos que o acesso a essas instituições estava configurado como direito das mulheres e não das crianças, além de tratar-se de um local de acolhimento e guarda. Outro fato que cabe ser mencionado é aquele que limita o acesso das crianças a essa instituição, uma vez que para serem matriculadas deveriam estar encaixadas em um desses critérios. Para isso, Nascimento (2000) denomina caráter excludente da creche, que ocorre quando há a prioridade de matrícula para os filhos de mães trabalhadoras, associando os critérios de permanência da criança na creche à manutenção do emprego materno.

O que precisa ser destacado nesse ponto é que as creches do Município de Salvador não atendiam as exigências legais, uma vez que eram vinculadas a órgãos da Assistência Social ou do Trabalho. Vimos no segundo capítulo que após a Constituição Nacional e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Educação Infantil tem seu destaque ao ser considerada como etapa da Educação Básica, direito da criança, dever do Estado. Nessa perspectiva, como dever do Estado, a Educação Infantil aparece na Constituição Nacional como competência dos Municípios, pois o artigo 30 dessa Constituição determina que compete aos Municípios: VI – manter, com cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental. (BRASIL, 1988).

Esse mesmo documento no artigo 211, em seu 2º parágrafo apresenta: § 2º - Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. Entretanto, o que percebe-se é que as instituições de Educação infantil de Salvador não atendiam as exigências legais e desse modo tais instituições, antes vinculadas a órgãos de Assistência, passaram pelo processo municipalização, como forma de atender aquilo disposto pelas legislações nacionais.

Assim, foi em 14 de fevereiro de 2008 que a Creche Mundo Feliz municipalizou-se pela portaria nº 08/2008, publicada no Diário Oficial do Município do dia 27 de fevereiro do mesmo ano. A partir dessa data, essa instituição passaria denominar-se Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Feliz.

As transformações nessa unidade de ensino não estão restritas a sua denominação e sim a forma pela qual esse espaço passaria a constituir-se como espaço de aprendizagem, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SECULT,

na época denominada SMEC, além de representar um salto para Educação infantil municipal, por conta da nova concepção de espaço de educação de crianças pequenas que seria proposta após esse processo. Sem dúvida a grande mudança resultou do fato dessa instituição de Educação infantil passar a ser vinculada ao órgão de educação, uma vez que com a municipalização o CMEI Mundo Feliz passou a contar com professores licenciados em Pedagogia, responsáveis pelo trabalho pedagógico desenvolvido na unidade.

Fazem parte do quadro de profissionais da unidade, uma gestora graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia e pós-graduada em Fundamentos do Ensino da Arte, a senhora Jaciara Pimentel Simas, uma professora do grupo 3, também graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia e pós-graduada em Psicopedagogia, uma estagiária do grupo 2, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia (autora dessa monografia, como já exposto anteriormente), uma secretária, uma auxiliar administrativa, quatro Auxiliares de Desenvolvimento Infantil, duas cozinheiras, uma lavadeira, duas auxiliares de serviços gerais e quatro porteiros.

É importante destacar que, do quadro efetivo da SECULT fazem parte apenas, a gestora e a professora do grupo 3. Os demais funcionários fazem parte da Organização não Governamental Pierre Bourdieu, da Empresa Acnav, as quais prestam serviços a este CMEI.

Além disso, o CMEI passou a contar com proposta pedagógica definida em consonância com o que os documentos legais da Educação Nacional apresentam para Educação Infantil. O Projeto Político Pedagógico da instituição apresenta como missão:

Desenvolver um trabalho com conhecimento, parceria, ética, amor, alegria, dedicação, união, espírito de equipe e sabedoria para resolver pendências da melhor maneira possível. E em parceria com os pais, buscar garantir a criança uma formação integral que contemple valores como honestidade, responsabilidade, visão crítica, autonomia, esperança de um mundo melhor, promovendo sempre uma cultura de paz para todos os envolvidos. (Projeto Político Pedagógico CMEI Mundo Feliz, 2008, p. 14)

Nesse documento podemos encontrar elementos que apresentam o trabalho pedagógico da unidade, sendo eles, apresentação, justificativa, perfil da unidade, missão, visão estratégica, objetivos gerais da Educação Infantil, estrutura curricular, fundamentação teórica, entre outros. Esse Projeto Político Pedagógico apresenta como valores da instituição, o compromisso, respeito nas relações interpessoais, credibilidade frente à comunidade, otimismo, ludicidade, entre outros elementos que norteiam uma prática de Educação Infantil.

Houve uma grande mudança na prática dessa unidade de ensino, uma vez que o CMEI Mundo Feliz pautaria suas atividades numa prática centrada nos princípios da Educação Infantil, sendo eles, educar, cuidar e brincar, além de contar com definições de currículo que norteiam a prática pedagógica da instituição, em consonância com o que apresenta os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 1998). Dessa maneira, esse citado documento:

Constitui-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas, que visam contribuir para implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras. (BRASIL, 1998, p. 13, v. 1)

Assim, o currículo dessa instituição de Educação Infantil está de acordo com o que o RCN apresenta como proposta para organização do trabalho pedagógico, ou seja, uma estrutura organizada por eixos relacionados aos âmbitos de experiência, sendo eles, Formação Pessoal e Social, que refere-se às experiências que favorecem, prioritariamente, a construção do sujeito e o âmbito Conhecimento de Mundo, que refere-se a construção das diferentes linguagens pelas crianças e as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento. (BRASIL, 1998, p. 46). Há ainda os eixos norteadores: identidade e autonomia, movimento e música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática.

Embora haja a divisão entre dois âmbitos, o Referencial Curricular Nacional para Educação infantil (BRASIL, 1998) apresenta que trata-se apenas de uma organização instrumental e didática, devendo os professores ter consciência em sua prática que a construção dos saberes se processa de maneira integrada e global. Sendo assim, a unidade conta com um projeto que integra os âmbitos e eixos. Este projeto intitulado, Projeto Identidade: Eu e o outro - de que lugar estou falando? que tem por objetivo estimular aos alunos conhecerem a si mesmos a partir da sua auto-imagem, reconhecendo-se diante dos diferentes grupos sociais do qual ele faz parte. As ações desse projeto perpassam por todos os eixos propostos pelo RCN, auxiliando as crianças na construção da sua identidade, autonomia, oralidade, entre outras habilidades.

Desse modo, essa nova prática de Educação Infantil do CMEI Mundo Feliz, desenvolve a criança em sua totalidade, estando de acordo com a finalidade dessa etapa inicial da Educação Básica, uma vez que a LDB 9394/96 determina em seu artigo 29 que: A Educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o

desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

O trabalho educativo realizado pelo CMEI Mundo Feliz é ainda relacionado com o que a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Salvador apresenta como habilidades que deverão ser desenvolvidas pelos alunos durante essa etapa inicial. Assim, toda prática dessa unidade de ensino está pautada no desenvolvimento de atividades que permitam que os alunos alcancem habilidades referentes aos eixos de aprendizagem. É importante destacar que essas habilidades estão relacionadas com os âmbitos e eixos apresentados pelos Referenciais Curriculares Nacionais.

No que diz respeito à estrutura organizacional da instituição, se antes as salas eram superlotadas, com em média, 30 crianças de diferentes idades no mesmo espaço, atualmente a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, prevê uma organização por faixa etária, que inclui crianças da mesma idade, com quantidades diferentes para cada grupo da Educação infantil. Dessa forma, o CMEI Mundo Feliz passou a atender apenas crianças de dois grupos da Educação Infantil, sendo eles, o grupo 2 e 3, diferenciando-se do atendimento prestado logo em seu surgimento. Sendo que em cada sala apenas 20 crianças podem ser matriculadas, totalizando assim, 40 crianças em toda unidade.

A estrutura física da unidade passou por uma ampla reforma no ano de 2009, o que modificou e aperfeiçoou seus espaços, de modo que estes favorecessem ao processo de aprendizagem das crianças. A unidade conta com um espaço pequeno, porém aconchegante, constituído por um refeitório, duas salas de aula, dois banheiros para os funcionários, um depósito de gêneros alimentícios, um depósito de limpeza, duas áreas de lazer, uma secretaria e dois banheiros para uso das crianças.

As salas são organizadas e arejadas, contando com um amplo acervo de livros, histórias infantis, fantoches, dedoches, brinquedos, entre outros materiais que auxiliam as professoras durante o desenvolvimento de situações de aprendizagem, que entre outras coisas, objetivam a construção de saberes relacionados ao desenvolvimento intelectual, afetivo e social das crianças. Há ainda em cada sala, um lavatório adequado ao tamanho das crianças, equipamento que possibilita a construção da autonomia e independência infantil.

Com base no exposto, percebe-se que após o processo de Municipalização, em que a instituição passou a ser responsabilidade da Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, as mudanças do ponto de vista educacional, foram inúmeras, o que possibilitou uma nova prática no CMEI Mundo Feliz. O espaço passou a constituir-se enquanto espaço propício a aprendizagem infantil, tendo essencialmente um caráter educacional, que considera a criança

em sua totalidade. Nessa nova época, em que a unidade denomina-se Centro Municipal de Educação Infantil não cabe mais uma forma de pensar a instituição apenas pelos seus aspectos assistencialistas, e sim pela integração destes com os aspectos educacionais, o que juntamente com profissionais graduados na área da Educação resultam em uma prática de Educação infantil com qualidade.

É certo que os desafios ainda são muitos, uma vez que o espaço e os profissionais da Educação necessitam de reconhecimento, além da unidade como uma nova instituição de educação infantil necessitar cada vez mais apresentar seus objetivos educacionais e sua função social a comunidade escolar, de modo que sua relação com a família seja harmoniosa e satisfatória, favorecendo a aprendizagem das crianças matriculadas nesse CMEI.

5 O OLHAR DOS PAIS/RESPONSÁVEIS COM RELAÇÃO AO CMEI MUNDO FELIZ

O capítulo que se segue discorrerá acerca dos resultados do nosso estudo, tendo os questionários e entrevistas dos pesquisados como fonte principal de obtenção de informações.

Optamos por dedicar uma seção específica para a escrita dos resultados da entrevista denominada *Narrativas dos pais/responsáveis com relação ao CMEI Mundo Feliz*, na qual abordaremos as expectativas dos pais com relação a esse espaço. Assim, iniciaremos a abordagem a partir da análise dos questionários, para então explorar as entrevistas.

Os questionários aplicados por essa pesquisa, durante os dias 20, 21, 22 e 23 de setembro de 2011, tiveram como objetivo identificar o perfil dos pais ou responsáveis de alunos matriculados no CMEI Mundo Feliz, compreendendo sua condição sócio-econômica, ocupação profissional, grau de escolaridade, situação familiar, além de identificar de forma sucinta suas expectativas com relação a esse espaço.

Dezenove (19) questionários foram aplicados, e partir da análise destes chegou-se ao resultado que: 43% dos pesquisados trabalham, enquanto 58% não trabalham, conforme vemos no gráfico abaixo.

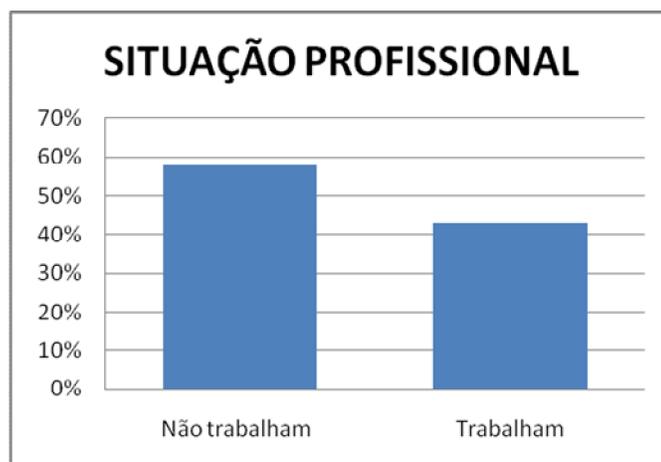


Figura 1: Gráfico Situação profissional

Dos pesquisados que trabalham, a maioria alegou trabalhar no turno matutino e diurno (matutino e vespertino). Nenhum dos pesquisados alegou trabalhar no turno noturno. No que diz respeito a ocupações destes, as profissões identificadas foram Serviços Gerais, Doméstica e Lavadeira, Pintor, Entregador.

No quesito renda, podemos identificar que 26,3% dos pesquisados recebem até um salário mínimo, apenas 6% recebem dois salários mínimos, 11% dos pesquisados não respondeu a pergunta.

A análise dos dados do quesito renda nos permite identificar uma situação particular. Notamos que grande parte dos pesquisados afirmou receber apenas 1 salário mínimo, o que demonstra que trata-se de um perfil sócio econômico em que os integrantes possuem uma renda baixa. Além desse quesito, essa pesquisa identificou que em média nas residências dos pesquisados moram acima de 3 pessoas, sendo que desses moradores apenas 1 ou 2 trabalham e contribuem na renda familiar.

Desse fato podemos supor que há uma estrutura familiar em que encontramos 1 ou 2 chefes de família, aquele que é o responsável em manter financeiramente a casa, que por sua vez são ocupadas com um número entre 3 e 5 pessoas. O gráfico abaixo nos apresenta os índices relacionados à renda salarial dos pesquisados.

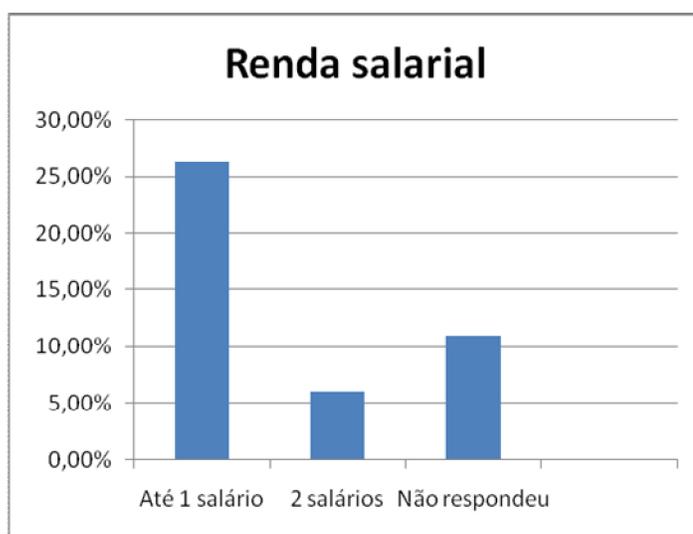


Figura 2: Gráfico Renda salarial

Além da renda salarial do pesquisado, esse questionário buscou ainda identificar o grau de escolaridade dos pais ou responsáveis dos alunos desse CMEI. Assim, identificou-se que grande parte dos pesquisados não concluíram todas as etapas de escolarização, uma vez que 58% apresentaram ter cursado o Ensino Fundamental incompleto, 11% cursaram o Ensino Fundamental completo, 16% cursaram o Ensino Médio completo, enquanto outros 16% não concluíram o Ensino Médio. É importante destacar que não foi identificado nenhum registro para Ensino Superior completo ou incompleto.

Nesse ponto notamos o quanto é baixo o grau de escolaridade dos pesquisados, uma vez que há um número pouco significativo (16%) daqueles que concluíram todas as etapas da Educação.

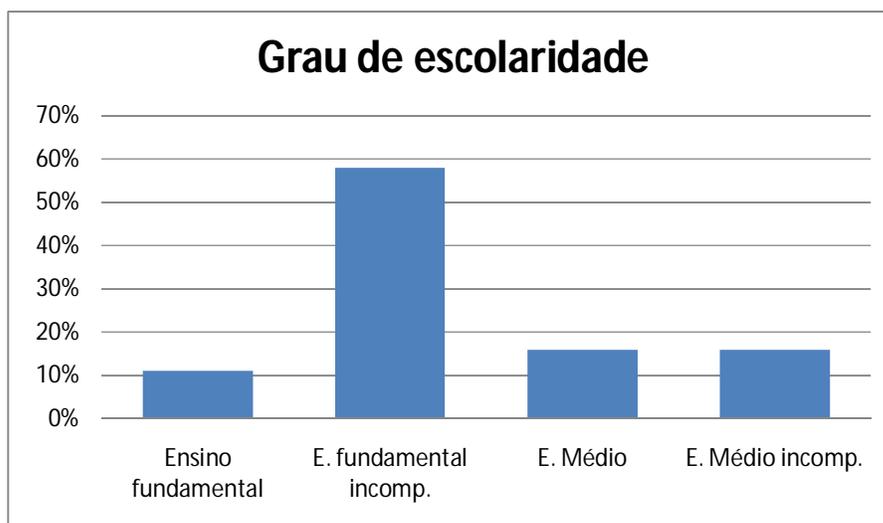


Figura 3: Gráfico Grau de escolaridade

No que diz respeito ao tipo de moradia dos pesquisados, 69% afirmaram residir em casa própria, 21% em residência alugada, enquanto 11% afirmaram residir em moradia familiar.

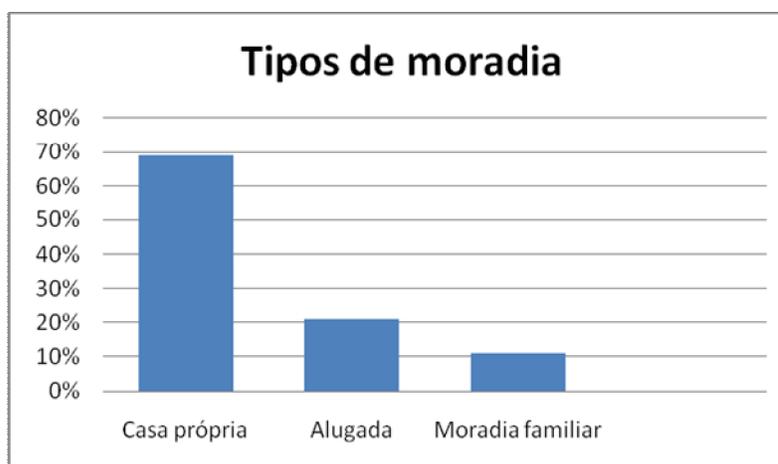


Figura 4: Gráfico Tipos de moradia

A análise desses questionários nos permitiu identificar o perfil dos pesquisados, compreendendo aspectos relacionados à sua condição sócio-econômica. Assim, compreendemos que o público é formado por um perfil carente, como assim assinala o Projeto

Político Pedagógico do CMEI em estudo, uma vez que a grande maioria vive com apenas um salário mínimo, é desempregada e apresentam baixa escolaridade.

Além dessas informações gerais acerca da identificação pessoal dos pesquisados, essa pesquisa buscou consultar, logo nesse primeiro momento, as expectativas dos pais com relação ao CMEI. Assim, as questões 11, 12 e 15 indagavam aos pesquisados no que diz respeito ao seu conhecimento acerca da Creche, os motivos que o levou a matrícula nessa instituição e suas expectativas com relação a esta. Dessa forma, quando perguntado o conhecimento do pesquisado sobre de quem seria o direito assegurado pela Lei sobre a creche, dando como opções: direito da mãe, direito da criança, direito de ambos, 47% destes afirmaram que a creche é um direito de ambos, 31% afirmaram ser direito da criança de até 5 anos de idade, 16% afirmaram ser direito da mãe/responsável e 5% não respondeu, conforme percebemos no gráfico abaixo.

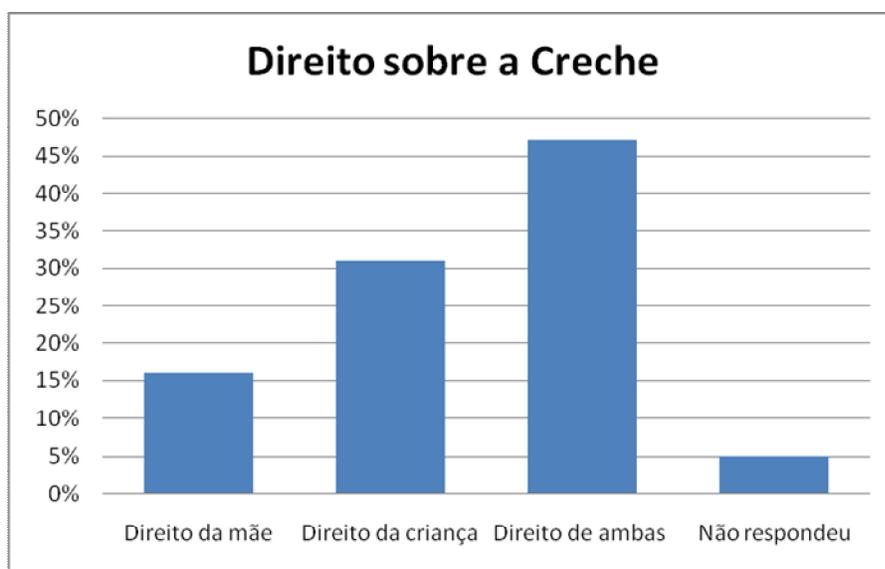


Figura 5: Gráfico Direito sobre a creche

O maior índice está relacionado à afirmação de creche como direito de ambos, o que neste ponto sabemos que apresenta-se como uma concepção que diverge das conquistas constitucionais, uma vez que, como vimos no capítulo sobre o surgimento da creche, após a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Educação infantil, passou a ser considerada direito assegurado por lei para a criança de 0 a 6 anos, não podendo deixar de citar ainda, que tratando-se da pré-escola, a matrícula além de direito passa a ser também dever da família, uma vez que com a Emenda Constitucional nº 59 de 2009 torna obrigatória a educação básica a partir do quatro anos de idade. Assim, esses índices permitem comparar a

funcionalidade da creche segundo aquela que vimos em seu surgimento, quando mães e responsáveis eram os “donos” desse direito, uma vez que as creches serviam como locais de guarda e acolhimento enquanto estes trabalhavam.

Buscamos também identificar os motivos que levam os pais/responsáveis a matricularem seus filhos nesse CMEI, para assim compreender a real necessidade que este espaço representa. Neste quesito os pesquisados responderam mais de uma opção, assim a tabulação dos dados ocorreu por categorias. Sendo assim, 79% dos pesquisados responderam que matricularam seus filhos nesse CMEI por ter boas referências sobre esse espaço, 58% afirmaram como motivo o desenvolvimento de habilidades infantis, 53% afirmam como motivo o desejo que a criança aprenda a ler, escrever e contar, 37% afirmaram que a matrícula ocorreu pelo fato de estar trabalhando, 32% afirmaram como motivo o fato da creche ser direito da criança.

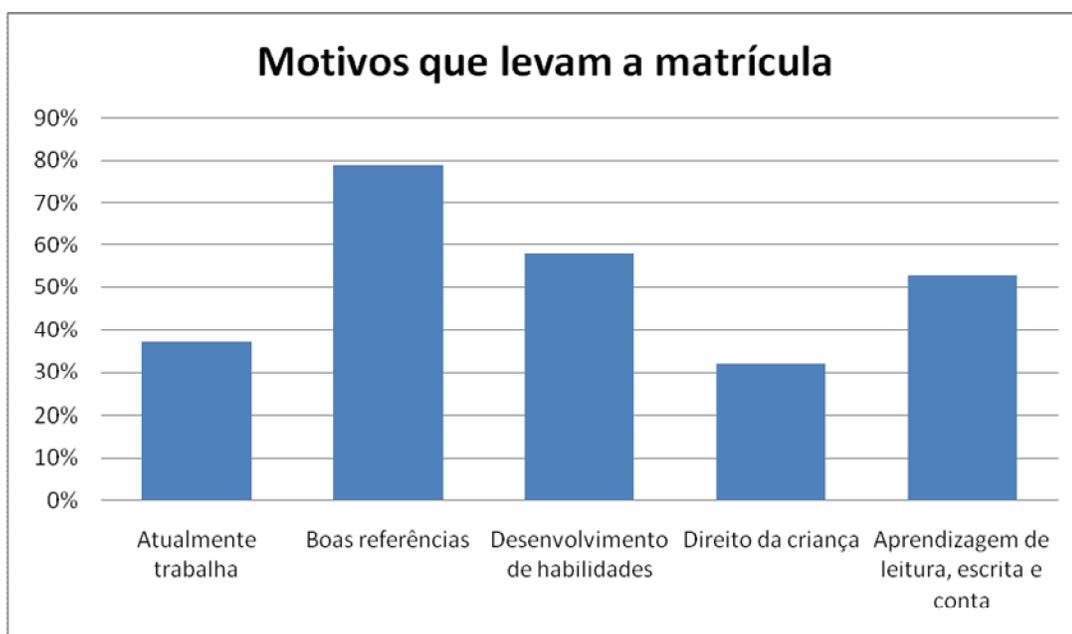


Figura 6: Gráfico Motivos que levam a matrícula

Analisando os dados presentes no gráfico, percebe-se que o maior índice nessa questão esteve relacionado a referências desse espaço, o que pode ser explicado pela qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido pela instituição e pela sua boa estrutura. Abaixo desse primeiro índice, identificamos o desenvolvimento de habilidades infantis, o que demonstra que os pais/responsáveis aparentam estar preocupados com a aprendizagem dos seus filhos. Outro dado que merece destaque nessa questão é aquele que apresenta como motivo para os pais matricularem filhos nesse CMEI o desejo de aprender a ler, escrever e contar, o que nesse

ponto compreendemos que a creche ainda é concebida como uma espécie de prontidão para alfabetização, ou seja, uma etapa em que as crianças estariam sendo preparadas para o processo de aquisição da leitura e escrita.

Com relação ao envolvimento dos pais nesse CMEI, essa pesquisa identificou que cerca de 84,2% dos pesquisados frequentam o CMEI sempre que solicitado, enquanto 10,5% afirmaram que raramente visitam o CMEI, 5,3% frequentam uma ou duas vezes por semana. Quanto aos motivos que levam a visita, todos os pesquisados afirmaram que têm interesse em saber sobre a aprendizagem dos filhos, visitam para participação em conselho de pais, além de visitarem para ações de mutirões e voluntariado.

As expectativas dos pais foram coletadas através da última questão desse questionário, onde de modo sucinto, listamos funções que envolvem o trabalho em creches, solicitando que os pesquisados respondessem qual função ou funções eram obrigações do CMEI, uma vez que poderiam assinalar mais de uma opção (tabulação por categoria). É importante destacar que essas funções relacionavam o cuidar e educar, princípios da Educação infantil, de modo que compreendêssemos quais aspectos relacionados à assistência e à educação fornecidos pela creche são considerados como relevantes para os pais. Desse modo, 79% dos pesquisados afirmaram como obrigações do CMEI desenvolver habilidades artísticas (pintar, colar, criar, apreciar), oferecer alimento (73,7%), socialização das crianças (73,7%), permitir brincadeiras que favorecerão o brincar (73,7%), desenvolver a afetividade nas crianças (53%), dar banho (47,4%), escovar os dentes (42,1%), desenvolver a linguagem oral e escrita (42,1%), permitir o contato com histórias, contos e diferentes gêneros de textos (42,1%), desenvolver habilidades sociais (37%), desenvolvimento intelectual (37%), desenvolver a coordenação motora (36,8%), cuidar da saúde (36,8%), possibilitar o reconhecimento da identidade e étnico-racial (36,8%), e desenvolver a autonomia da criança (26,3%).

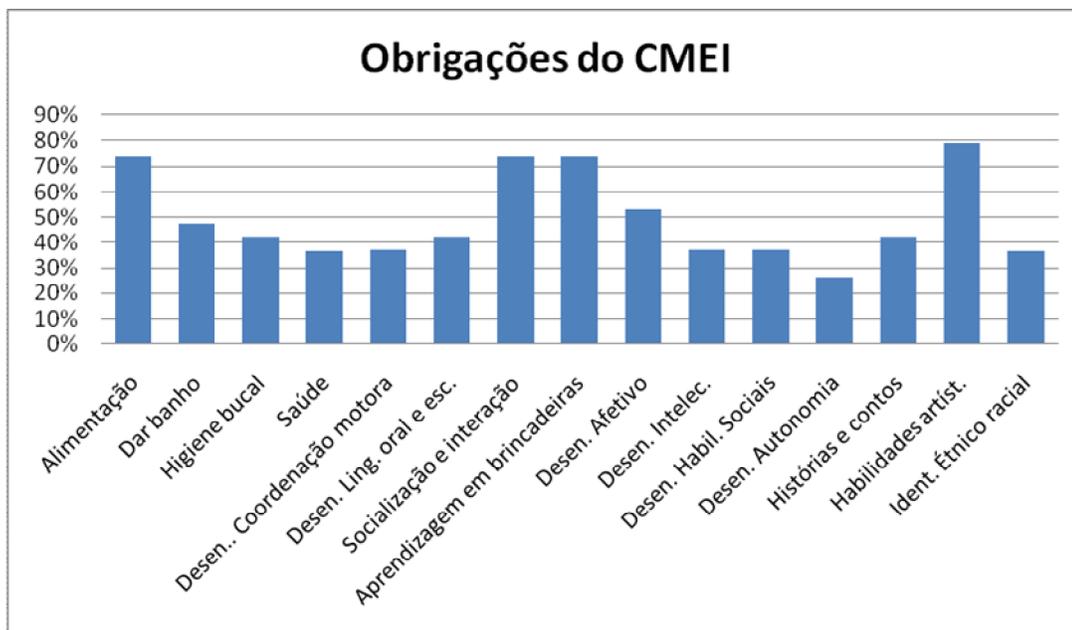


Figura 7: Gráfico Obrigações do CMEI

Um fato que merece destaque nesse quesito é que as funções relacionadas aos cuidados apresentaram altos índices, conforme notamos no gráfico, o que demonstra que os aspectos relacionados à assistência são considerados pelos pais, como relevantes para o trabalho realizado em creches. Em análise, podemos compreender que os aspectos assistenciais apresentaram índices maiores do que aqueles relacionados à educação e desenvolvimento infantil. Se compararmos o quesito de oferecer alimento, percebemos que seu índice apresenta-se como superior do que aquele que assinala sobre o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, desenvolvimento intelectual, desenvolvimento afetivo entre outros.

Isto está relacionado a forma pela qual as creches são concebidas pela sociedade, uma vez que a Educação infantil desde seu surgimento estruturou-se sob uma dicotomia entre o cuidar e o educar, em que aspectos relacionados ao cuidado, alimento e saúde apareceram com maior predominância em relação aos educativos.

Como prova disso, em análise individual dos questionários, pôde-se encontrar um em que o pesquisado, desconhecendo as propostas pedagógicas do CMEI, apresentou ter apenas expectativas assistencialistas relacionadas a esse espaço. O pesquisado A, de 37 anos, apresenta em seu questionário em resposta ao quesito sobre Direito da creche, que a creche é um direito da mãe, além de assinalar somente aspectos assistenciais quando indagado sobre as obrigações do CMEI.

Por outro lado, através da análise individual do questionário do pesquisado B, de 51 anos, identificamos que no quesito Direito sobre a creche, este assinala ser direito da mãe,

entretanto quando perguntado sobre as obrigações do CMEI, o pesquisado assinala somente aspectos relacionados ao cunho pedagógico, o que nos leva a pensar que este compreende as possibilidades pedagógicas desse espaço, uma vez que suas expectativas são educativas.

Com base nos resultados obtidos por esse questionário, conclui-se que as expectativas dos pais ou responsáveis ao matricularem seus filhos no CMEI Mundo Feliz estão relacionadas às duas funções básicas da Educação infantil, o cuidar e o educar, o que demonstra que esses pais não concebem essa instituição apenas pela sua função de assistência, ou pela sua função educativa, e sim pela integração entre as funções. Deste fato podemos afirmar que há algo de positivo, uma vez que há uma complementação das funções, de modo que a prática deve ser estruturada segundo esses princípios. O que espera-se é que essas expectativas não venham a ser modificadas, de modo que retome aquelas relacionadas ao surgimento da creche, onde essas instituições eram consideradas apenas pelos seus aspectos assistenciais e assim as expectativas dos pais relacionavam-se somente a esses aspectos.

5.1 NARRATIVAS DOS PAIS/RESPONSÁVEIS COM RELAÇÃO AO CMEI MUNDO FELIZ

Nessa seção apresentaremos as contribuições dos pesquisados para cada um dos questionamentos contidos na lista original de perguntas da entrevista, refletindo sobre suas concepções com relação ao CMEI, identificando suas expectativas e entendimento sobre essa instituição, bem como seu envolvimento com o espaço.

As entrevistas foram realizadas nos dias 11 e 13 de outubro de 2011, no CMEI Mundo Feliz, após sorteio entre os questionários aplicados. Os sorteados foram informados que seriam analisados por esse estudo durante o período em que compareceram ao CMEI para buscar seus filhos.

Conforme expusemos nos capítulo *Caminhos da Pesquisa*, chegou-se ao resultado que quatro pessoas seriam entrevistadas, entretanto conseguimos a participação de apenas três. Por este motivo, apenas três pesquisados puderam ser entrevistados, sendo estes um pai, uma mãe e uma avó de crianças matriculadas nesse CMEI. Dois desses entrevistados, que chamaremos de *C* e *D*, são responsáveis por alunos do Grupo II dessa instituição, enquanto o entrevistado *E* é responsável por duas crianças matriculadas no Grupo III. Como já exposto no capítulo de Metodologia, optamos por chamá-los pelas letras *C*, *D* e *E*, para que preservássemos suas respectivas identidades.

A primeira entrevista ocorreu em 11 de outubro de 2011, com a entrevistada E, de 44 anos de idade, profissão Serviços Gerais, residente na comunidade onde encontra-se o CMEI, avó de duas crianças gêmeas, alunos matriculados no grupo III nessa instituição e com entrevistado C, de 33 anos, profissão Motoboy, residente no bairro Largo do Tanque, pai de um aluno do grupo II da instituição. A entrevistada D, 24 anos, profissão Doméstica, também residente na comunidade onde está situado o CMEI é mãe de um aluno do grupo II e foi pesquisada em 13 de outubro de 2011. Percebe-se que os pais/responsáveis sorteados para entrevista fazem parte do pequeno índice daqueles profissionais empregados, identificados pelo questionário, além de serem ainda residentes da comunidade onde encontra-se o CMEI e bairros circunvizinhos.

As entrevistas realizadas tiveram como objetivo compreender de forma mais aprofundada as informações referentes ao objetivo de estudo desse trabalho, uma vez que o contato permitiu identificar quais expectativas dos pais com relação a esse CMEI, além da análise possibilitar a descrição mais detalhada dessas.

Dessa forma, com base nos resultados da entrevista chegou-se ao resultado daquilo que já havia sido identificado pelos questionários. Os pais ou responsáveis de alunos nesse CMEI têm expectativas que ora se relacionam à Educação, quando se valorizam os aspectos relacionados à aprendizagem, formação pessoal e social, entre outros, e ora à Assistência, quando os aspectos relacionados ao cuidado, entendendo para isso o higienizar, alimentar, colocar para dormir, cuidar da saúde são elementos valorizados pelos pesquisados. Além disso, a expectativa numa perspectiva assistencial vem no sentido que essa pesquisa identificou que a forma pela qual o CMEI é compreendido como Direito, contrapõe-se ao que os Documentos Oficiais da Educação, entre eles a LDB, apresentam, uma vez que alguns dos pesquisados compreendem essa instituição como Direito da Mãe e da criança, e não apenas como Direito da criança até 6 anos de idade como assim é determinado.

Essa entrevista semi-estruturada contava com uma lista pré-elaborada de seis questões, o que possibilitou a integração de questões pertinentes no decorrer da entrevista. Assim, a lista inicial de perguntas apresentava os seguintes questionamentos: identificação pessoal (ocupação, idade, endereço), motivos que levam a matrícula, importância entre os aspectos educativos e assistenciais que influenciaram na escolha por esse CMEI, expectativas com relação ao espaço, atendimento das expectativas, direito sobre creche, relação e envolvimento dos pais nesse espaço de aprendizagem. Descreveremos abaixo quais considerações apresentaram os entrevistados para cada um desses questionamentos.

Analisando as contribuições apresentadas pelos entrevistados durante o processo de coleta de dados, identificou-se que as respostas para a primeira indagação – **O que te levou a matricular seu filho nesse CMEI?** – coincidiram entre eles, uma vez que os motivos que levaram a matrícula no CMEI foram os mesmos entre os entrevistados. Todos os entrevistados apresentaram como motivo principal para a matrícula nesse CMEI o fato de necessitarem de um local seguro e de guarda que acolhessem as crianças enquanto trabalhavam, o que percebe-se nesse ponto que a creche ainda é concebida por muitos como local de guarda e acolhimento, retomando aquela mesma concepção apresentada no capítulo de surgimento da creche.

Além desse primeiro motivo, os entrevistados apresentaram ainda que as boas referências com relação ao trabalho desenvolvido pela instituição foram fundamentais para matrícula, uma vez que todos alegaram ter boas referências sobre o espaço. A narrativa do entrevistado C justifica essa afirmação:

“O que me levou (pausa) na realidade eu vir através de uma pessoa entendeu, ela falou sobre a escola, no momento nós estávamos trabalhando, eu e a mãe dele, ai a gente tava precisando também, ai matriculou ele.”

A entrevistada E da mesma forma responde:

“Eu bem corri atrás, primeiro pelo conhecimento do local, meu irmão e minhas duas sobrinhas fizeram parte dessa creche. Ai por saber que era um local de credibilidade, um lugar que era seguro, eu corri atrás para que eles conseguissem também, por que eu tinha certeza que aqui eles teriam o cuidado que meu irmão teve com minhas sobrinhas, não seria diferente, pelo contrário tá bem melhor do que antes (pausa) E por necessidade também, de trabalho, e tá ajudando no sustendo até deles, por que querendo ou não, eles são mantidos por essa instituição, querendo ou não né? E pra mim e pra mãe é um grande apoio”.

Na análise dessas falas percebeu-se que as famílias que procuram o local apresentavam uma grande necessidade de auxílio no sustento das crianças, incluindo nesse aspecto a alimentação e cuidados, uma vez que percebe-se que o fato principal para procura por esses espaços estão relacionados a garantia de um local seguro de acolhimento, que ao mesmo tempo supre as necessidades relacionadas a alimentação e cuidados. Isso pode ser explicado devido ao fato da renda baixa que já havia sido identificada pelo questionário, o que

compromete na qualidade de vida dessas crianças. Assim, é com esse sentido que a creche é procurada, como forma de suprir tais necessidades.

Nesse ponto retomamos a concepção de creche criada desde seu surgimento, quando as instituições eram estruturadas para atender aos cuidados, a alimentação e ao acolhimento das crianças. Com base nessa entrevista, nota-se que a concepção ainda permanece, mesmo após conquistas que reforçam a compreensão de creches como instituições de aprendizagem. O que precisa ser destacado nesse aspecto é que com a crescente desigualdade social, o que implica no crescimento da miséria e da pobreza, muitos ainda necessitam do apoio para alimentação, cuidados e saúde das crianças, e por isso a “saída” é a procura de um local, nesse caso o CMEI, para suprir tais necessidades.

O segundo questionamento – **O que foi mais relevante durante a escolha por esse CMEI, fato de saber que seu filho estaria num local de guarda ou aprendizagem e o desenvolvimento dele?** – buscou compreender o que foi mais relevante na escolha por essa instituição em análise, visto que já esperava-se que os aspectos assistenciais seriam apresentados pelos entrevistados, e por isso necessitava-se identificar qual aspecto teve mais relevância, influenciando na matrícula. Assim, identificou-se novamente uma unanimidade nas respostas, uma vez que todos os entrevistados apresentaram que o mais importante na escolha por esse CMEI foi o fato de saber que os filhos estariam em um local de guarda e acolhimento, que ao mesmo tempo desenvolveria habilidades e a aprendizagem infantil. A fala do entrevistado C, que ao ser indagado sobre o que foi mais relevante na escolha representa essa compreensão: *“eu acho que os dois (pausa). as duas coisas, por que as duas coisas são boas para ele.”*

A resposta do entrevistado permitiu a integração de mais uma questão nessa entrevista não constante no roteiro. Ao ser perguntado se matricularia seu filho nesse CMEI se soubesse que a instituição seria apenas um local de guarda e acolhimento, que não apresentasse proposta pedagógica definida, o entrevistado respondeu: *“talvez até sim, porque a gente tem a precisão, não tem ninguém para olhar ele, talvez até sim.”*

Nesse aspecto percebe-se que a creche apresenta para esse entrevistado uma dupla função, a primeira relacionada à guarda, quando a importância do espaço vem no sentido de oferecer cuidados a criança, e a segunda relacionada à educação, uma vez que inicialmente apresentou que o fato da creche também desenvolver habilidades infantis foi importante para escolha nesse CMEI. Assim, como o entrevistado C, a entrevistada E apresenta que o fato do CMEI ser um local de guarda, acolhimento e cuidados foi muito importante durante a matrícula, dando também a possibilidade de integrar um questionamento que buscava

compreender sobre a importância das possibilidades pedagógicas do espaço. Assim, ao ser indagada sobre a aprendizagem que esse espaço proporciona as crianças, a entrevistada afirma *“eu tinha certeza que a creche seria um conjunto, era um conjunto, sem sombra de dúvida, que eles não vinham só brincar, que vinham aprender, como eles aprenderam”*.

A entrevistada D, de igual maneira ao ser questionada respondeu que as duas funções da creche (cuidar e educar) foram importantes durante a matrícula. Dessa forma, percebe-se que não houve a resposta de que apenas um aspecto foi mais importante que o outro durante a matrícula, o que demonstra a compreensão dos entrevistados no que diz respeito à integração das funções da creche, sendo elas, cuidar e educar, uma vez que as respostas conduziram ao pensamento de que essas funções são indissociáveis e determinantes quando procuram instituições de Educação Infantil para matricularem seus filhos.

No que diz respeito às expectativas enfatizada na questão 4 – **O que você espera desse CMEI?** –, objetivo desse estudo, identificamos que as respostas divergiram entre os entrevistados, uma vez que ora estavam relacionadas a aspectos assistenciais, ora a educação. Além disso, as respostas foram vagas, possíveis de diversas interpretações. É importante ressaltar que um dos entrevistados, a entrevistada D, inicialmente afirmou não saber o que dizer, o que demonstra que não tinha expectativas com relação ao espaço. Entretanto, ao ser indagada novamente, afirmou que suas expectativas estão relacionadas ao cuidado, como percebemos na transcrição: *“não sei nem dizer (pausa) cuidados eu já sei que tem.. também esperava cuidados pelo fato de saber que ele ficava em boas mãos aqui e eu ficava despreocupada no trabalho.”*

Já o entrevistado C, ao ser questionado afirmou: *“espero uma boa educação para ele”*. Ao ser perguntado sobre que aprendizagem espera para seu filho, respondeu: *“espero que aprenda, tem que aprender que aqui é escola”*. Nesse ponto notamos que a resposta do entrevistado fica passível de várias interpretações, uma vez que não foi possível identificar que tipo de educação e aprendizagem espera, outro fato que merece destaque é que mesmo sabendo que a instituição é denominada Centro Municipal de Educação Infantil, o entrevistado ainda considera o espaço como creche-escola, o que por várias vezes pôde ser percebido durante a entrevista.

Por outro lado, com base na resposta da entrevistada E, percebemos que suas expectativas estão relacionadas à prontidão para as etapas seguintes da educação. Analisemos a sua fala:

“Com certeza que eles fossem preparados, como eles estão sendo preparados, por que eles vão sair dessa etapa e vão para outra agora. Porque eles indo para outra etapa eles estão levando um suporte, aqui foi dado a eles todo um princípio para aquilo que eles vão ter que conhecer lá fora, uma base. Eles vão com munição na sacola para mostrar o que eles aprenderam, eles foram treinados e estão sendo ensinados, é isso que eles vão levar, o que eles aprenderam”.

Um aspecto que merece destaque nesse ponto é que essa concepção da entrevistada está relacionada à prontidão para as outras fases da escolarização, o que sabemos que é uma concepção que aproxima-se da função da educação infantil logo em seu surgimento, quando as instituições pré-escolares eram consideradas como etapa de prontidão as crianças de melhores condições financeiras. Entretanto, essa concepção merece destaque, pois demonstra que a entrevistada apresenta um entendimento sobre a função educativa da creche, uma vez que concebe como expectativa aspectos relacionados à educação e não somente à assistência.

No quesito 5 – **As expectativas estão sendo atendidas?** – buscávamos identificar se as expectativas dos pais estão sendo atendidas. Assim, identificou-se com base nos relatos dos entrevistados que todas as expectativas com relação ao espaço, sejam elas educativas ou assistenciais, eram atendidas, sem deixar de salientar que em alguns momentos, até superadas. Esse fato pode ser percebido pela análise das contribuições da entrevistada D que afirmou: *“com certeza minhas expectativas são atendidas, até mais por que pra mim ele não aprenderia, e coisas que G. agora sabe, pra mim aqui não ensinava e ele já sabe bastante coisa”*. Percebe-se que inicialmente a entrevistada não tinha conhecimento que no CMEI seu filho também “aprenderia”, o que demonstra o desconhecimento sobre os objetivos educacionais e a proposta pedagógica da instituição.

Aproveitando a fala da entrevistada, buscou-se compreender desta o que considera que seu filho hoje sabe, desse modo, esta apresentou que atualmente seu filho sabe cores, números, músicas infantis, gosta de desenhos, algo que antes não se interessava, além de saber lidar com outras crianças, o que nesse ponto compreendemos que a entrevistada reconhece as contribuições do CMEI no desenvolvimento do seu filho, uma vez que tem notado uma maior socialização do seu filho com outras crianças, maior interesse por atividades relacionadas a infância, tais como desenhos e músicas.

De igual maneira, a entrevistada E explicita:

“com certeza, não tenho queixa, fico sentida quando eles fazem alguma coisa que dá trabalho a vocês, eu queria que eles não dessem trabalho a

vocês, que eles fossem perfeitos (risos). Mas com certeza até aqui vocês têm atendido aquilo que eles precisam”.

Assim como os outros entrevistados, o entrevistado C apresenta que tem percebido muitos avanços no desenvolvimento do seu filho, o que podemos notar na transcrição de sua fala: *“sim, ao longo do período que ele está aqui ele está mais educado, inteligente”.*

A análise dessas entrevistas nos faz perceber que os entrevistados de maneira veemente, enfatizam que suas expectativas são atendidas, o que demonstra que o trabalho educativo realizado por esse CMEI tem alcançado uma grande satisfação nos pais. Isso pode ser explicado pela qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido pela equipe escolar, pela sua infra-estrutura adequada as necessidades infantis, pelo acervo de materiais, entre outros elementos que em conjunto permitem atender as expectativas dos pais.

No que diz respeito ao direito sobre a creche apresentado pela questão 6 – **O que você entende sobre o direito sobre creche? Para você, de quem é esse direito assegurado por lei? Justifique sua resposta** - os pais apresentaram respostas divergentes, uma vez que dois dos entrevistados afirmaram que o CMEI é um direito das mães/responsáveis e da criança, embora em alguns momentos, pôde-se perceber que referiam-se a creche apenas como direito da mãe; apenas um apresentou ser direito da criança. Os entrevistados já haviam sido indagados com essa mesma pergunta nos questionários, entretanto buscamos integrá-las na estrutura da entrevista como forma de analisar as justificativas para a concepção dos pais. Assim, conheceremos abaixo as justificativas para esse questionamento.

Todos os entrevistados permaneceram com a mesma afirmação do questionário, nesse momento de entrevista puderam apenas explicar sua compreensão sobre o tema. Dessa forma, de um modo geral, para aqueles que concebem a creche como Direito da mãe e da criança, permaneceu a explicação que as mães necessitam de um local seguro para acolher seus filhos enquanto trabalham, como foi o caso das entrevistadas D e E.

A entrevistada E apresentou um entendimento sobre Direito da creche, uma vez que relatou sobre o surgimento das instituições de Educação infantil, explicitando seu surgimento atrelado a autonomia e liberação feminina para o mercado de trabalho, como assim explicitam os teóricos que traçam o perfil do surgimento dessas instituições. Entre eles, destacamos Didonet citado por Paschoal e Machado (2009), que assinala que a origem dessas instituições baseia-se no trinômio: mulher – trabalho – criança. Assim, a entrevistada afirmou que, com base em entrevistas e reportagens, tomou conhecimento que as creches logo em seu

surgimento eram estruturadas para atender as necessidades da mãe. Analisemos abaixo sua apresentação:

“Revendo algumas reportagens, logo quando surgiu a instituição sobre a creche a prioridade era para mães que não tivessem suporte para cuidar dos seus filhos, que trabalhassem e que não tivessem com quem deixar. Mas hoje, tanto faz ter um trabalho como não ter as portas têm sido abertas para os dois grupos. E aí a questão foi essa...direitos e favores ao mesmo tempo. Um direito que a criança tem, e um favor. Tem mães aqui que trabalham não é?Então da mesma maneira que foi recebido aqueles das mães que não trabalham, foi recebido os da mãe que trabalham. Poderia não abrir para eles né?Mas foi aberto para eles também. Então vocês deram o direito e a oportunidade a quem é de devido, e a quem não é foi uma gentileza, foi um favor que vocês fizeram”.

Com base na análise da fala da entrevistada pôde-se perceber que esta considera o CMEI como direito das mães e, sobretudo das mães trabalhadoras, pois em sua fala percebe-se que considera um favor a matrícula de crianças filhas de mães não trabalhadoras. Nesse ponto, o que a entrevistada desconhece é que segundo os dispositivos legais da Educação, entendendo para isto a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que para Craidy (1998) são os documentos considerados como principais fontes legais para as políticas de atendimento a criança pequena, a creche é direito dessa criança até 6 anos de idade, independentemente de sua mãe/responsável trabalhar ou não.

O direito da mãe trabalhadora a creche só foi concebido no surgimento dessas instituições quando estas tinham um caráter unicamente assistencialista, uma vez que como afirma Paschoal e Machado (2009) as creches, asilos e orfanatos tinham como intuito auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas desamparadas.

Além disso, a entrevistada E refere-se à instituição como se esta tivesse o poder de determinar quem será matriculado ou não, o que nesse ponto sabemos que é uma concepção equivocada, uma vez que o CMEI vinculado a SECULT funciona segundo suas exigências legais, que por sua vez, estão de acordo com as exigências de órgãos Federais da Educação e a Constituição Nacional.

Assim como a entrevistada E, a entrevistada D explicitou inicialmente que não sabia explicar porque considera a creche como direito tanto da mãe quanto da criança, entretanto nos apresentou que:

“Ai (pausa) eu não sei dizer o porquê (pausa) eu acho que é por que é uma oportunidade da pessoa trabalhar, tem gente que não tem condição de pagar uma pessoa para olhar, e tendo uma coisa como aqui a creche-escola, do Governo, a gente vai ser beneficiado, porque quem vai ter condição de pagar, se tem uma que é gratuita. Eu acho que foi a melhor coisa que eles fizeram.”

Nesse ponto, quando a entrevistada utiliza a expressão “*eles fizeram*” queria referir-se aos governantes, uma vez que o CMEI tratando-se de uma instituição pública é concebida por ela como instituição de qualidade, além disso, demonstra o entendimento de como se fosse um favor do “*Governo*” e não um direito garantido por Lei. Além desse fato merece destaque a concepção de creche como direito da mãe, liberando-a para o mercado de trabalho, o que nos permite afirmar que as instituições de Educação Infantil, são concebidas por muitos da sociedade como uma instituição criada para atender as necessidades da mãe.

A compreensão de creche como direito da mãe retoma as concepções assistencialistas construídas historicamente que apreciamos no capítulo de surgimento da creche, uma vez que devido à crescente participação da mão de obra feminina nas indústrias e fábricas, as mães necessitavam de um local que guardasse, cuidasse e acolhesse seus filhos.

Desse modo, Paschoal e Machado (2009) explicitam que essas instituições tinham como objetivo prover cuidados e proteção a criança enquanto sua mãe trabalhava e por isso creches, escolas maternas e jardins de infância tiveram, somente no início, o objetivo assistencialista, cujo enfoque era a guarda, higiene, alimentação e os cuidados físicos das crianças.

Dos pesquisados somente o entrevistado C afirmou que a creche é um direito assegurado pela Lei para a criança até 5 anos de idade, quando perguntando sobre seu conhecimento acerca disso apresentou que a creche é feita para as crianças e por isso é um direito dela. Essa resposta nos permitiu incluir mais um questionamento não constante no roteiro, como forma de identificar que tipo de direito a creche representa para as crianças. Dessa maneira, ao ser perguntado se o direito ao CMEI é o direito ao espaço de desenvolvimento ou espaço de guarda, o entrevistado respondeu que são os dois direitos, uma vez que apresentou como justificativa:

“Bom, se ele passa o dia todo aqui é um espaço de guarda e também um espaço de desenvolvimento. Para mim são os dois, ele vai ficar aqui na guarda de vocês e ao mesmo tempo que tá em sua guarda, tá desenvolvendo, são os dois, no meu entender né, não sei se estou certo, estou dando a minha opinião”.

A partir da contribuição do entrevistado C nota-se que considera a creche como direito da criança enquanto espaço que integra as duas funções cuidar e educar, concepção que já havia sido identificada em outros questionamentos. A fala do entrevistado nos faz realmente compreender que esta é a função da creche, uma vez que a Educação Infantil está estruturada segundo três princípios básicos, cuidar, educar e brincar e não há porque separá-los. Não há possibilidade de conceber a Educação infantil por apenas um de seus princípios, uma vez que estes estão integrados e relacionados à rotina de toda criança e ao seu desenvolvimento integral.

Além da questão sobre direito de creche, o quesito 7 – **Qual sua relação e envolvimento com esse CMEI?** - foi retomada a pauta da entrevista, como forma de identificar o envolvimento com a instituição e os motivos que levam a frequentarem esse espaço. Assim, percebeu-se que todos os entrevistados frequentam o CMEI sempre que são solicitados, o que demonstram que há uma relação entre CMEI e família. No que diz respeito aos motivos que levam os pais a esse espaço, os entrevistados alegaram que procuram sempre comparecer as reuniões, além de dialogarem com as professoras e gestora sobre a aprendizagem e desenvolvimento de seus respectivos filhos.

Desse modo, percebe-se que a instituição está “aberta” ao diálogo com a família, uma vez que não há um distanciamento entre esses dois segmentos. Dornelles e Barbosa (1998) ao discorrem sobre as instituições de Educação infantil e a comunidade, afirmam que tais instituições devem ter a coragem de abrir as portas para o diálogo com a comunidade se desejarem realmente ter um projeto educativo articulado com ela. Nesse ponto, as citadas autoras apresentam que abrir as portas significa permitir que toda a família e demais moradores da comunidade tenham acesso a instituição, participando das atividades ali realizadas.

Essa importante decisão do CMEI em estudo, em possibilitar a aproximação dos pais e comunidade à rotina da instituição, apresentando suas atividades e projetos só é favorável ao fortalecimento da relação entre a comunidade escolar, uma vez que como afirmam Dornelles e Barbosa (1998, p. 28), as instituições e as comunidades devem estar em permanente comunicação, havendo uma troca entre os saberes, os desejos, as culturas, os ritos, as tradições, os interesses e as necessidades de ambas as partes.

Sendo assim, percebemos a importância que essa relação não conflituosa entre pais e responsáveis de crianças matriculadas no CMEI Mundo Feliz representa, uma vez que essa necessária aproximação favorece a eliminação de possíveis conflitos que, por ventura, venham a dificultar a aprendizagem das crianças. Dessa maneira, Bassedas (1999) apresenta

que o objetivo prioritário da colaboração entre professores e pais é o de ajudar a desenvolver todas as capacidades das crianças. Ainda essa mesma autora assinala que em uma perspectiva de colaboração mútua, que passa pela confiança e pelo conhecimento, é possível fazer o que seja necessário: assegurar que os dois contextos de desenvolvimento mais importantes nos primeiros anos de vida de uma pessoa possam compartilhar critérios educativos que facilitem o crescimento harmônico das crianças.

Dessa forma, podemos assegurar que a existência dessa efetiva relação entre pais e professores apresenta-se como um dos aspectos facilitadores do processo de desenvolvimento e aprendizagem infantil dessas crianças.

Diante do exposto nessa seção de apresentação e discussão dos resultados da entrevista, percebeu-se que o contato face a face com os pais, possibilitou que as suas expectativas fossem melhor compreendidas, uma vez que a indagação direta daquilo que queríamos compreender pôde ser mais analisado durante as entrevistas. Assim, identificamos através dos resultados dessa entrevista que as expectativas dos pais estão ora relacionadas aos aspectos assistencialistas, uma vez que a forma de compreender as obrigações e funcionalidade do CMEI estão relacionadas à Assistência, e ora aos aspectos educativos, quando se dá ênfase ao desenvolvimento de habilidades infantis, a socialização das crianças e sua aprendizagem.

Dessa maneira, não há como afirmar que as expectativas dos pais são educativas ou assistenciais, e sim que há para estes uma expectativa que integra essas duas funções, mesmo que ainda de uma forma não consistente. A integração e articulação entre as funções do educar e cuidar é a forma pertinente de concebermos a prática das instituições de Educação infantil, pois essa prática deve estar estruturada segundo os três princípios básicos apresentados pelo Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL, 1998), sendo eles, cuidar, educar e brincar, bem como nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2009) que no art. 5º caracteriza a creche e a pré-escola como “espaços institucionais não domésticos” que “**educam e cuidam** de crianças de 0 a 5 anos de idade”, além de no art. 9º destacar como eixos norteadores das práticas pedagógicas as interações e a brincadeira. Orientações que apontam para que o desenvolvimento da criança até 6 anos, já que na educação infantil ainda encontramos crianças com essa faixa etária, ocorra de forma integral e integrada em todos os seus aspectos.

6 CONCLUSÃO

Este capítulo apresentará as considerações finais desta monografia, discutindo sobre os resultados identificados por essa pesquisa. Conseguimos com esse estudo identificar os motivos que levam os pais/responsáveis a matricularem seus filhos no CMEI, além de identificarmos através dos questionários e entrevistas, o envolvimento desses pais com esse espaço de aprendizagem, bem como analisamos a relevância atribuída por eles aos aspectos educativos e assistenciais oferecidos pelo CMEI, compreendendo assim as expectativas e concepções com relação a essa instituição, conforme vimos no capítulo sobre O olhar dos pais com relação ao CMEI.

Como forma de construção dos aportes teóricos do trabalho, principalmente no que diz respeito à concepção de educação infantil, especialmente a creche, construída ao longo da história, abordamos nesse trabalho o Surgimento das Creches, entendendo os objetivos, o caráter e a funcionalidade dessas instituições historicamente, além de discorrermos acerca da instituição em estudo, o CMEI, apresentando as propostas pedagógicas, objetivos dessa instituição e as modificações que acompanharam a transição das Creches de Salvador ao tornarem-se CMEI.

Após essa etapa de conhecimento acerca das instituições de Educação infantil, nesse caso em estudo, o CMEI, iniciamos a fase de coleta de dados, a qual nos permitiu que chegássemos à identificação e análise das expectativas dos pais/responsáveis ao matricularem seus filhos no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Feliz, objeto de estudo dessa pesquisa.

Assim, os resultados identificados por essa pesquisa implicaram em uma forma de conceber o CMEI segundo as duas funções da Educação Infantil, pois não houve a identificação de apenas um dos aspectos – educação ou assistência – e sim de ambas. Isso deve-se ao fato de que grande maioria dos pesquisados não apresentou expectativas somente relacionadas aos aspectos educativos, nem aos aspectos assistenciais. O que notamos é que para estes, houve uma união entre as funções, mesmo que ainda não consistente, pois em alguns quesitos um era mais predominante do que o outro, não caracterizando a integração ou articulação evidente entre as funções, já que ora havia um destaque para os aspectos relacionados à assistência, ora à educação e ora para ambos.

Cabe ressaltar o fato dessa união, em alguns momentos, ser equivocada, pois notamos com base nos questionários aplicados que os aspectos assistencialistas aparecem com maior predominância nas expectativas dos pais ao colocarem filhos nesse CMEI, e que estes

representam maior relevância ao comparado com os aspectos educativos. Esse fato pôde ser identificado através da tabulação dos questionários aplicados, conforme vimos no capítulo O olhar dos pais/responsáveis com relação ao CMEI Mundo Feliz.

Identificamos que os pesquisados afirmam ter expectativas educativas e assistenciais, mas por outro lado, consideram os aspectos assistenciais mais relevantes que os educativos, ao afirmarem que são obrigações do CMEI desenvolver ações pautadas no cuidar, lavar, alimentar, higienizar, entre outras ações.

As funções relacionadas ao Cuidar tiveram um grande destaque nos resultados identificados por essa pesquisa, uma vez que aspectos como alimentar, higienizar e cuidar da saúde receberam, segundo os resultados da análise dos questionários, mais importância que os aspectos relacionados à Educação, destacando para isso, o desenvolvimento intelectual, afetivo, desenvolvimento da autonomia, coordenação motora, entre outros.

O que vale salientar é que percebemos que esses aspectos relacionados ao cuidar sempre são mais atrativos que aqueles relacionados ao educar, retomando assim aquela concepção Assistencialista de Creche, em que essas instituições eram configuradas sob uma lógica de atendimento e cuidados as crianças, dando-lhes guarda e atenção enquanto suas mães trabalhavam. Sobre isso discorremos no capítulo sobre Surgimento de Creches, no qual apresentamos a funcionalidade e objetivos de tais instituições. Entretanto, o que se nota hoje, é que tais aspectos relacionados ao cuidar ainda são muito valorizados por aqueles que procuram por Creches, como foi o caso identificado por essa pesquisa.

O auxílio que tais instituições representam para o desenvolvimento das crianças, em alguns momentos, é vistos apenas sob a lógica da alimentação e cuidados com a saúde, o que nesse ponto sabemos que trata-se de uma forma ainda incipiente de compreender as instituições de Educação infantil, uma vez que Creches e Pré escolas são estruturadas com base na integração entre os princípios da etapa, sendo eles, o brincar, o cuidar e o educar, não permitindo que haja uma supervalorização de um para o outro, e sim que eles sejam indissociáveis.

O que é possível afirmar com relação a isto é que os pais/responsáveis analisados por essa pesquisa talvez não tenham um efetivo entendimento sobre o que é integração entre as funções da Educação infantil, uma vez que em alguns momentos, identificamos as funções de Cuidar e Educar como ações isoladas, no qual compreende-se que os aspectos assistenciais oferecidos pelo CMEI representam maior importância que os educativos.

Dessa maneira, o desejável é que estes pais/responsáveis pesquisados por esse estudo e que fazem parte da comunidade escolar, compreendam a integração que as funções

representam para o trabalho desenvolvido pela instituição, uma vez que a prática da Educação infantil no CMEI ou em qualquer outra instituição dessa etapa, que leva em consideração o trabalho de cunho pedagógico, funciona segundo uma concepção de união entre os princípios básicos.

Desmistificar a concepção de creche como “depósito de criança”, talvez seja o grande desafio para a primeira etapa da Educação básica, pois trata-se de uma concepção criada historicamente e que restringe a função das instituições de Educação infantil ao Assistencialismo. Entretanto, é necessário saber que permitir que a comunidade escolar, entendendo para isso, pais, professores, gestores, funcionários e demais pessoas, tenham conhecimento sobre a funcionalidade desses espaços, compreendendo a integração entre os princípios da Educação infantil como norteadora da prática pedagógica só fará com que evitemos possíveis relações conflituosas e concepções equivocadas entre estes.

Além desse fato, pode-se considerar que as expectativas identificadas são passíveis de diversas afirmações, quando analisamos a concepção dos pesquisados sobre o Direito a Creche, quando muitos destes, afirmaram que a Creche trata-se de um direito tanto da criança até 5 anos de idade, quanto da mãe, quando na verdade sabemos que essas instituições são configuradas segundo os dispositivos legais, como direito da criança.

Nesse aspecto sabemos que a importância desse direito vem no sentido que o acesso as creches possibilitará as crianças o desenvolvimento integral, englobando o desenvolvimento físico, psicológico, mental, social e afetivo. Assim, conceber a Creche como direito constitucional dessas crianças implicará no entendimento sobre as contribuições que a Educação Infantil, como primeira etapa da Educação básica tem para o desenvolvimento infantil, uma vez que as creches e pré-escolas são concebidas como espaços propícios ao desenvolvimento e aprendizagem.

É interessante que a sociedade tenha conhecimento sobre esse favorecimento, para que não torne restrito o trabalho pedagógico e as contribuições que este tem para as crianças. Atualmente, não podemos negar as contribuições que a Educação infantil tem proporcionado ao desenvolvimento integral das crianças, uma vez que os espaços, como creches e pré-escolas, estão estruturados para favorecerem a aprendizagem, bem como as propostas pedagógicas que levam em consideração as especificidades do processo de aprendizagem infantil, o respeito aos limites da criança, a demonstração do entendimento sobre a forma de como a criança aprende, entre outros aspectos.

Considerar que os pesquisados tenham concebido o CMEI como direito da mãe e criança, é entender que estes têm desconhecimento sobre as propostas constitucionais para

essa instituição. Não cabe culpá-los, nem discriminá-los por essa forma de pensar, uma vez que as informações sobre esse tipo de assunto, quase sempre não é tema em propostas de conversas e debates entre eles. Porém, o que cabe ser mencionado é que neste ponto entra a função educativa do CMEI, em chamar os pais/responsáveis para um diálogo em que fique claro quais as funções desse espaço, a quem se destinada, sua proposta educacional, entre outros aspectos.

Com isso, queremos afirmar que, não fazendo os poderes competentes a função de conscientizar os pais/responsáveis sobre as propostas das instituições de Educação infantil, cabe a instituição zelar para que estes tenham total entendimento sobre tais propostas. Assim, possíveis equívocos e conflitos poderão ser evitados, uma vez que haverá um entendimento sobre a funcionalidade da instituição.

É necessário que o CMEI em análise, a partir de ações desenvolvidas por sua equipe gestora e professores reforce as maneiras já realizadas de dialogar com pais/responsáveis de alunos matriculados nessa instituição, como forma de manter uma interação entre eles, informando sobre as propostas e a funcionalidade da instituição. A ênfase nesse diálogo permitirá que haja uma parceria entre toda comunidade escolar, uma vez que os membros desta saberão e compreenderão a prática Pedagógica da instituição. Com isso, essa comunidade escolar só contribuirá ao processo de ensino e aprendizagem das crianças matriculadas, de modo que o processo e parceria entre pais, professores, funcionários possibilitará uma relação harmoniosa, na qual todos compreendem os objetivos e funcionalidade da instituição.

REFERÊNCIAS

ANTONELLI, Giuliana de Vasconcelos, et al. O Estatuto da criança e do adolescente como instrumento educativo para uma alfabetização cidadã. In: SANTOS, Ana Kátia Alves dos (org). **Alfabetização para a infância: perspectivas contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2010. P. 75 – 92.

ARCE, Alessandra. Lina, uma criança exemplar! Friedrich Froebel e a Pedagogia dos jardins de infância. **Revista Brasileira de Educação**, pp.107-119 mai/jun/jul/ago 2002. nº. 20.

BARBOSA, Maria Carmem, DORNELLES, Leni Vieira. As instituições de Educação infantil e a comunidade. In: CRAIDY, Carmem Maria (org). **O educador de todos os dias: convivendo com crianças de 0 a 6 anos**. Porto Alegre: Mediação, 1998. P. 27 – 30. (Cadernos de Educação Infantil, v. 5)

BASSEDAS, Eulália; HUGUETE, Teresa & SOLE, Isabel. **Aprender e ensinar na educação infantil**. trad. Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília, 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez.1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 1 v.

BRASIL. Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005. Tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 de maio de 2005.

BRASIL. Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006. Duração de 9 anos para o ensino fundamental. **Diário Oficial da União**, Brasília, 07 de fevereiro de 2006.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 de novembro de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de dezembro de 2009, seção 1, p.18.

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL. Projeto Político Pedagógico, Salvador. 2008

CRECHE MUNDO FELIZ. Relatório de Execuções – 1996 (documento datilografado). Salvador, 2008.

CRAIDY, Carmem Maria. Fundamentos Legais do Atendimento à criança pequena. CRAIDY, Carmem Maria (org). **O educador de todos os dias**: convivendo com crianças de 0 a 6 anos. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 71 – 74. (Cadernos de Educação Infantil, v. 5)

CAMPOS, Maria Malta. ROSEMBERG, Fúlvia. FERREIRA, Isabel M. 2. Diagnóstico. 2.1.4 Ministério da Saúde. In: _____. **Creche e pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 1995. P 29 – 89.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KAPPEL, Maria Dolores Bombardelli, CARVALHO, Maria Cristina, KRAMER, Sonia. Perfil das crianças de 0 a 6 anos que freqüentam creches e pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE. **Revista Brasileira de Educação**, pp. 35-47. jan/fev/mar/abr de 2001 nº.16.

KUHLMANN, Moysés. História da Educação Infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, pp. 5-17. mai/jun/jul/ago de 2000, nº 14.

KUHLMANN, Moysés. O jardim de infância e a Educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos. **Educação da infância brasileira: 1875 – 1983**. Campinas, SP: Autores associados. 2001. – [Coleção educação contemporânea]. P. 3 – 30.

LAVILLE, Christian. O Percurso Problema-Pergunta-Hipótese. In LAVILLE, Christian; DIONNE Jean A **construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 103-129

LAVILLE, Christian. Problema e Problemática. In LAVILLE, Christian; DIONNE Jean A **construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 85-101.

LUNA, Sérgio V. de. O falso conflito entre tendências metodológicas. In: _____. **Metodologia da pesquisa educacional**. 11. Ed. São Paul, Cortez, 2008. p. 23-33 (Biblioteca da Educação, Série I, Escola; v. 11)

MOREIRA, Daniel Augusto. A natureza da pesquisa qualitativa. In: _____. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. p. 43 – 57.

NASCIMENTO, Maria Evelyn Pompeu do. Os profissionais da Educação infantil e a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart, PALHARES, Marina Silveira (orgs.). **Educação Infantil pós LDB**: rumos e desafios. 2ª Ed. Campinas, São Paulo: Autores associados – FE/ UNICAMP; São Carlos, SP: Editora da UFSC, 2000. – (Coleção Polêmicas do nosso tempo). P. 99 - 110

PASCHOAL, Jaqueline Delgado. MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A História da Educação infantil no Brasil:** avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf. Acesso em 23 de agosto de 2011, as 20:20.

SANCHES, Emilia Cipriano. Creche no Brasil: Da história política à perspectiva pedagógica p. 63 – 107. In: _____. **Creche:** realidade e ambigüidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SALVADOR. Secretaria Municipal da Educação e Cultura. **Referências e Orientações Pedagógicas para subsidiar o trabalho educativo dos Centros Municipais de Educação Infantil.** Salvador: SMEC, 2008.

APÊNDICE A – Estrutura da entrevista realizada com funcionárias antigas do CMEI Mundo Feliz.

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS FUNCIONÁRIAS DO CMEI MUNDO FELIZ

Questionamentos:

1. Estrutura física:

Em termos de estrutura física, como era o CMEI Mundo Feliz?

2. Qualidade do trabalho desenvolvido:

Se a unidade conta apenas com 2 salas, como eram atendidas as crianças de diferentes idade?

3. Formação e funções desempenhadas:

Qual a sua formação? E que atividades desempenhava durante o período em que o CMEI Mundo Feliz era vinculado a SETRABES? E agora, que função desempenha?

4. Prática pedagógica, participação em cursos, palestras, oficinas.

Que tipo de cursos a SETRABES realizava?

5. Relação com a família.

Como era a relação do CMEI com a família? A família era presente na instituição? Na opinião de vocês, que concepção tinham os pais com relação a esse espaço?

6. Municipalização:

Que mudanças devido a municipalização foram percebidas por vocês (da Creche ao CMEI)?

APÊNDICE B - Questionários aplicados com os pais/responsáveis

Questionário

CMEI pesquisado: _____ Data: _____

Nome: _____ Idade: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

Grau de parentesco com a criança matriculada nesse CMEI: _____

1. Atualmente você está trabalhando?

 Sim Não2. Se respondeu **sim** na pergunta anterior, qual turno de trabalho? Matutino Vespertino Noturno3. Se **respondeu sim** a pergunta anterior, em que trabalha?

Resposta:

4. Qual a sua renda?

 Até 1 salário mínimo. 2 salários mínimos. 3 salários mínimos. Mais de 3 salários mínimos.

5. Escolaridade:

 Ensino fundamental completo. Ensino fundamental incompleto. Ensino Médio Ensino Médio Incompleto Ensino superior Ensino superior incompleto.

6. Tipo de moradia:

própria alugada moradia familiar(reside em imóveis de familiares)

7. Quantas pessoas moram em sua casa?

2 3 4 5 Mais de 5 pessoas.

8. Quantos trabalham?

1 2 3 4 5 Mais de 5 pessoas trabalham.

9. Quantos contribuem na renda familiar?

0 1 2 3 4 5 Mais de 5 pessoas contribuem na renda familiar.

10. Assinale com um X a qual grupo da Educação Infantil desse CMEI seu/sua filha(o) pertence:

1() 2() 3() 4() 5()

11. Para você a creche é um direito assegurado pela Lei para **mãe/responsável** ou para a **criança** de até 5 anos?

Direito da mãe/responsável Direito da criança de até 5 anos. direito de ambas.

12. Assinale com um X no motivo que o levou a optar por um CMEI. Assinale mais de uma opção se necessário:

Atualmente estou trabalhando.

Tenho boas referências desse CMEI.

Desenvolvimento das habilidades infantis.

Direito do meu filho.

Desejo que meu filho aprenda a ler, escrever e contar.

OUTROS: _____

13. Com que frequência você visita o CMEI?

Sempre que é solicitada.

- Raramente.
- Uma ou duas vezes por semana.
- Somente nas reuniões de Pais e Professores.

14. Que motivo te faz visitar o CMEI? Assinale mais de uma opção se necessário:

- Interesse em saber sobre a aprendizagem do meu filho.
- Participação em conselho de pais, conselho escolar.
- Participação em ações de mutirões de pais/responsáveis.

OUTRO: _____

15. Para você, é obrigação do CMEI? Assinale mais de uma opção se necessário.

- Oferecer alimento.
- Dar banho.
- Escovar os dentes.
- Cuidar da saúde das crianças.
- Desenvolvimento da coordenação motora.
- Desenvolvimento da linguagem oral e escrita.
- Socialização/interação do meu filho com outras crianças.
- Brincadeiras que favorecerão o aprender.
- Desenvolvimento afetivo.
- Desenvolvimento intelectual.
- Desenvolvimento de habilidades sociais.
- Desenvolvimento da autonomia.
- Contato com histórias, contos e diferentes gêneros de textos.
- Desenvolvimento de habilidades artísticas(pintar, colar, criar, apreciar.)
- Reconhecimento da identidade étnico-racial.

OUTROS: _____

APÊNDICE C – Estrutura da entrevista realizada com pais/responsáveis**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Alvo: pais e responsáveis do CMEI Mundo Feliz

Data:

Entrevistador: Mabian Ribeiro

Entrevista semi-estruturada:

1ª) Identificação pessoal do entrevistado (nome, idade, endereços, ocupação profissional se tiver)

2ª) O que te levou a matricular seu filho nesse CMEI?

3ª) O que foi mais relevante durante a escolha por esse CMEI, o fato de saber que seu filho estaria em um local de guarda e acolhimento ou a aprendizagem e o desenvolvimento do seu filho?

4ª) O que você espera desse CMEI?

5ª) Suas expectativas estão sendo ou foram atendidas com relação a esse espaço?

6ª) O que você entende sobre o direito sobre creche? Para você, de quem é esse direito assegurado por lei? Justifique sua resposta.

7ª) Qual sua relação e envolvimento com esse CMEI?